



RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO 2020

Fevereiro de 2021.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNADOR

CARLOS MOISÉS DA SILVA

VICE-GOVERNADOR

DANIELA CRISTINA REINEHR

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

ANDRÉ MOTTA RIBEIRO

SECRETÁRIO ADJUNTO

LUCIANO JORGE KONESCKI

SUPERINTENDENTE DE PLANEJAMENTO EM SAÚDE

CARMEM REGINA DELZIOVO

GERENTE DE PLANEJAMENTO EM SAÚDE

DULCE MARIA BRANDÃO DE CASTRO QUEVEDO

COMPILAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO EM SAÚDE

ELABORAÇÃO E COLABORAÇÃO TÉCNICA

SUPERINTENDÊNCIAS, DIRETORIAS E GERÊNCIAS DA SES

RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO 2020

APRESENTAÇÃO

A Lei complementar 141, de 13 de janeiro de 2012, coloca em seu Art. 31:

Art. 31. Os órgãos gestores de saúde da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios darão ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, das prestações de contas periódicas da área da saúde, para consulta e apreciação dos cidadãos e de instituições da sociedade, com ênfase no que se refere a:

I - comprovação do cumprimento do disposto nesta Lei Complementar;

II - Relatório de Gestão do SUS;

III - avaliação do Conselho de Saúde sobre a gestão do SUS no âmbito do respectivo ente da Federação.

Parágrafo único. A transparência e a visibilidade serão asseguradas mediante incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante o processo de elaboração e discussão do plano de saúde.

E a Portaria de Consolidação Nº 1, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde, em seu Artigo 99 estabelece que:

Art. 99. O Relatório de Gestão é o instrumento de gestão com elaboração anual que permite ao gestor apresentar os resultados alcançados com a execução da PAS e orienta eventuais redirecionamentos que se fizerem necessários no Plano de Saúde.

§ 1º O Relatório de Gestão contemplará os seguintes itens:

I - as diretrizes, objetivos e indicadores do Plano de Saúde;

II - as metas da PAS previstas e executadas;

III - a análise da execução orçamentária; e

IV - as recomendações necessárias, incluindo eventuais redirecionamentos do Plano de Saúde.

§ 3º O Relatório de Gestão deve ser enviado ao respectivo Conselho de Saúde até o dia 30 de março do ano seguinte ao da execução financeira, cabendo ao Conselho emitir parecer conclusivo.

A Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina – SES/SC apresenta o Relatório Anual de Gestão de 2020, seguindo as recomendações da Lei Complementar 141, de 13/01/2012, Portaria de Consolidação nº 1, de 28/09/2017, Resolução nº 459 de 10/10/12, do Conselho Nacional de Saúde.

Ressalta-se que esta Secretaria cumpriu em 2019 um importante esforço de Planejamento Estratégico. Os produtos institucionais foram construídos e o Mapa Estratégico da SES, o Plano Plurianual de Saúde 2020/2023 (PPA), o Plano Estadual de Saúde (PES) 2020/2023, a Programação Anual de Saúde (PAS) 2020 estão coerentes, alinhados à sua missão de “garantir o acesso à saúde à população catarinense, seguindo os princípios do SUS, para que esta possa viver mais e melhor”.

O processo contou com o apoio do Projeto Fortalecimento da Gestão Estadual do SUS - Planejamento Estratégico nas Secretarias Estaduais de Saúde - conjunto entre Hospital Alemão Oswaldo Cruz (HAOC) o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde (CONASS) e o Ministério da Saúde, no âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sus- PROADI/SUS.

Este processo possibilitou a construção deste Relatório Anual de Gestão - RAG 2020, em uma demonstração do comprometimento da Administração Pública com a transparência e respeito ao usuário de saúde. Visando ainda subsidiar a participação e o controle social, aprimorando as ações e gestão em saúde, primando pela clareza, objetividade e transparência que devem nortear esse instrumento.

Sumário

1. IDENTIFICAÇÃO

2. MAPA ESTRATÉGICO

3. RELAÇÃO DE PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

4. DEMONSTRATIVO DO MONTANTE E FONTE DOS RECURSOS APLICADOS

5. PRODUÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE SUS E ESFERA ADMINISTRATIVA/GESTÃO, SANTA CATARINA

6. AUDITORIAS

7. CORONAVIRUS COVID-19

8. PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE

1. IDENTIFICAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO
UF: Santa Catarina Ano que se refere o relatório: 2020

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
Razão Social: Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina CNPJ: 80.673.411/0001- 87 Endereço: Rua Esteves Junior, N° 160 CEP: 80.230-140 Telefone: (48) 3664-8816 E-mail: gplan@saude.sc.gov.br Site da Secretaria: www.saude.sc.gov.br

PLANODE ESTADO DA SAÚDE	
O Estado tem Plano de Saúde?	Sim
Período a que se refere o Plano de Saúde:	2020 a 2023
Status:	Aprovado
Data da Aprovação pelo Conselho Estadual de Saúde	Dezembro 2019

PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE	
O Estado tem Programação Anual de Saúde 2020?	Sim
Status:	Aprovado
Data da Aprovação pelo Conselho Estadual de Saúde	Fevereiro 2020
Resolução 001/CES/2020.	

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO

“Garantir o acesso à saúde da população catarinense, seguindo os princípios do SUS, para que esta possa viver mais e melhor”.

VISÃO

“Ser uma instituição que valoriza o direito à saúde da população catarinense e os princípios do SUS, por meio de uma gestão pública eficiente e eficaz até 2023”.

VALORES

Transparência;

Integridade;

Agilidade;

Qualidade;

Inovação;

Eficiência;

2. MAPA ESTRATÉGICO DA SES SC

MISSÃO GARANTIR O ACESSO À SAÚDE À POPULAÇÃO CATARINENSE, SEGUINDO OS PRINCÍPIOS DO SUS, PARA QUE ESTA POSSA VIVER MAIS E MELHOR.		VISÃO SER UMA INSTITUIÇÃO QUE VALORIZA O DIREITO À SAÚDE DA POPULAÇÃO CATARINENSE E OS PRINCÍPIOS DO SUS, POR MEIO DE UMA GESTÃO PÚBLICA EFICIENTE E EFICAZ ATÉ 2023.		VALORES TRANSPARÊNCIA INTEGRIDADE AGILIDADE QUALIDADE INOVAÇÃO EFICIÊNCIA SIMPLICIDADE						
M A P A E S T R A T É G I C O 2 0 2 0 - 2 0 2 3										
RESULTADOS PARA A SOCIEDADE	Viver Mais					Viver Melhor				
	1. Reduzir a taxa de mortalidade materna e infantil;		2. Reduzir a taxa de mortalidade por causas externas (violência e acidentes);			3. Reduzir a taxa de mortalidade por causas cardiovasculares, neoplasias, diabetes e respiratórias crônicas;		5. Impactar positivamente o desenvolvimento econômico e social, promovendo ambientes saudáveis;		
						4. Reduzir a internação por causas sensíveis à Atenção Primária à Saúde (APS);		6. Reduzir a fila de espera.		
	Rede Mãe Catarinense / Integração SAMU e CBMSC					#seculdaSC				
PROCESSOS	1. Fortalecer a Rede de Atenção à Saúde, ampliando acesso a partir da APS como ordenadora e coordenadora do cuidado;		3. Vocacionar a capacidade instalada hospitalar e ambulatorial de média e alta complexidade;		5. Ampliar as ações de atenção à saúde com foco nas necessidades identificadas no Plano Regional Integrado;		7. Ampliar as ações de regulação do serviço de saúde, potencializando o acesso dos usuários e promovendo a equidade;		9. Tornar o Sistema Estadual de Transplantes de SC referência nacional;	
	2. Implementar o processo de acreditação da APS;		4. Implantar/Implementar as linhas de cuidado;		6. Fortalecer e ampliar pesquisas, inovação e tecnologia em saúde;		8. Estabelecer a Política Catarinense de Assistência Farmacêutica;		10. Ampliar as ações de promoção e proteção à saúde.	
	Acreditação / QualificaAPS / Política Hospitalar Catarinense Qualificação das Unidades Hospitalares da SES / Segurança do Paciente					Rastreabilidade de Materiais e Medicamentos / SC Transplantes Cuidado Farmacêutico / PlanificaSUS				

MISSÃO

GARANTIR O ACESSO À SAÚDE À POPULAÇÃO CATARINENSE, SEGUINDO OS PRINCÍPIOS DO SUS, PARA QUE ESTA POSSA VIVER MAIS E MELHOR.

VISÃO

SER UMA INSTITUIÇÃO QUE VALORIZA O DIREITO À SAÚDE DA POPULAÇÃO CATARINENSE E OS PRINCÍPIOS DO SUS, POR MEIO DE UMA GESTÃO PÚBLICA EFICIENTE E EFICAZ ATÉ 2023.

VALORES

TRANSPARÊNCIA
INTEGRIDADE
AGILIDADE
QUALIDADE
INOVAÇÃO
EFICIÊNCIA
SIMPLICIDADE



GOVERNO DE
SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO
DA SAÚDE

MAPA ESTRATÉGICO | 2020 - 2023

GESTÃO REGIONALIZAÇÃO	1. Incrementar intersetorialmente o desenvolvimento social e econômico; 2. Aprimorar o planejamento e definir todos os processos de trabalho na SES; 3. Estimular o planejamento das necessidades de saúde da população, de forma regional e ascendente; 4. Articular as ações da APS com a Vigilância em Saúde;	5. Reestruturar a SES para potencializar o seu papel; 6. Garantir modelo de gestão participativa e compartilhada, fortalecendo as instâncias de controle; 7. Ampliar a capacidade de controle, avaliação e auditoria; 8. Tornar os processos de trabalho mais transparentes e acessíveis à população;	9. Qualificar e valorizar o público interno, para o estabelecimento de vínculos estáveis; 10. Tornar a Educação Permanente em Saúde e a Humanização no Trabalho eixos transversais às ações na saúde; 11. Articular a integração das instituições formadoras de saúde com a gestão do SUS; 12. Instituir um Programa de Provetimento e Formação de profissionais da APS; 13. Fortalecer as instâncias regionais da SES alinhando as ações destas com as desenvolvidas pelo nível central;	14. Contratar serviços que atendam as necessidades de complementar a rede própria; 15. Incorporar a informação em saúde como base para tomada de decisão; 16. Reduzir a judicialização em saúde; 17. Reorganizar processos de trabalho e articulações intersetoriais das ações de Vigilância em Saúde de acordo com os determinantes sociais.
	Plano Regional Integrado	Transparência / Participação / Controle	Fortalecimento das Escolas de Saúde Pública	Contratualização dos Serviços de Saúde / Sala de Situação de Saúde
FINANCEIRO	1. Otimizar e racionalizar os recursos orçamentários e financeiros redefinindo sua alocação conforme planejamento estratégico;	2. Prestar contas da aplicação de recursos orçamentários e financeiros de forma transparente;	3. Contribuir para a revogação da Emenda Constitucional 95; 4. Implementar estratégias para captação de recursos financeiros;	5. Priorizar as funções de saúde do Estado.
	Garantir Recursos	Transparência na Aplicação dos Recursos	Mais Recursos	

3. Programas Estratégicos de Governo para o setor Saúde

Programa Gestão do SUS

Fortalecer a gestão do SUS nas esferas de governo estadual e municipal, qualificando os profissionais e gestores do Sistema Único de Saúde, fortalecendo a atuação intra e inter setorial e dos órgãos de Controle Social, promovendo as Políticas de promoção da Equidade em Saúde.

Programa Atenção Primária à Saúde

A Atenção Primária é a ordenadora da Rede de Atenção à Saúde, pois é a principal porta de entrada e o centro de comunicação com toda a rede. Envolve ações que se relacionam com aspectos coletivos e individuais sendo o contato preferencial para os usuários. É entendida como o primeiro nível da atenção à saúde no SUS, se orienta por todos os princípios do sistema (universalidade, acessibilidade, vínculo, continuidade do cuidado, integralidade da atenção, responsabilização, humanização, equidade e participação social) e emprega tecnologias de cuidado complexas e de baixa densidade.

Programa Vigilância em Saúde

A vigilância em saúde realiza continuamente ações de vigilância, prevenção e controle de doenças e agravos transmissíveis e não transmissíveis e promoção da saúde. Realiza análise da situação de saúde da população visando o estabelecimento de prioridades e estratégias, monitoramento e avaliação das ações de saúde pública e subsidiando o planejamento e a tomada de decisão. Ações de fiscalização e orientação para o controle sanitário de produtos, serviços e estabelecimentos de interesse da saúde; realizar ações de identificação e eliminação dos riscos existentes nos ambientes de trabalho. Realizar medidas de prevenção e controle dos fatores de risco e das doenças e agravos à saúde humana, relacionadas ao ambiente e às atividades produtivas e promover ações de vigilância em saúde laboratorial mantendo serviços de qualidade para a população.

3. Programas Estratégicos de Governo para o setor Saúde

Programa Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar

A média e alta complexidade é composta por ações e serviços que visam atender aos principais problemas e agravos de saúde da população, cuja complexidade da assistência na prática clínica demande a disponibilidade de profissionais especializados, equipe multidisciplinar com a utilização de recursos tecnológicos, para o apoio diagnóstico e tratamento. Este conjunto de procedimentos envolve alta tecnologia e alto custo, objetivando propiciar à população acesso a serviços qualificados, regulação do acesso, integrando-os aos demais níveis de atenção à saúde.

Programa Assistência Farmacêutica

Promover o acesso e o uso racional de medicamentos padronizados no SUS para a população catarinense, nos diferentes componentes da Assistência Farmacêutica, de acordo com as Portarias de Consolidação nº02 e nº06 de 28/09/2017 que regulamentam as Normas sobre as Políticas Nacionais de Saúde do SUS, financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do SUS sobre as Políticas Nacionais.

Programa Gestão das Redes Temáticas

Acompanhar em conjunto com áreas afins, de acordo com os parâmetros estabelecidos, a implementação, ampliação e implantação dos serviços de saúde a partir da lógica da Rede de Atenção à Saúde e de Monitorar a implementação dos Planos de Ação da Rede de Atenção à Saúde e Redes Temáticas.

Programa Gestão de Pessoas

Controle de provimento, vacância e reposições de cargos efetivos; Diminuir a precarização dos vínculos de trabalho e a rotatividade de recursos humanos; Combater a impunidade e o mau comportamento; Praticar os princípios da economicidade, eficiência e eficácia.

3. Programas Estratégicos de Governo para o setor Saúde

Programa Saúde Ocupacional

Implantação do serviço de saúde ocupacional.

Programa Gestão Administrativa – Poder Executivo

Gerir administrativa e financeiramente os órgãos do Poder Executivo do Estado. Necessidade de programar recursos para a gestão dos órgãos da Administração Pública Estadual.

Programa Encargos Especiais

Programa criado para pagamento da dívida pública correspondente a área da saúde.



4. DEMONSTRATIVO DO MONTANTE E FONTE DOS RECURSOS APLICADOS

4.1 ORÇAMENTO

A **Lei Estadual nº 17.875, de 26 de dezembro de 2019**, Estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2020, do Governo do Estado de Santa Catarina.

De acordo com esta Lei, denominada Lei Orçamentária Anual – LOA, a receita orçamentária dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Estado é estimada em R\$ 28.919.324.198,00 (vinte e oito bilhões, novecentos e dezenove milhões, trezentos e vinte e quatro mil, cento e noventa e oito reais), abrangendo: R\$ 25.528.959.707,00 (vinte e cinco bilhões, quinhentos e vinte e oito milhões, novecentos e cinquenta e nove mil, setecentos e sete reais) do Orçamento Fiscal; e R\$ 3.390.364.491,00 (três bilhões, trezentos e noventa milhões, trezentos e sessenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e um reais) do Orçamento da Seguridade Social.

Cabendo a Secretaria de Estado da Saúde, recursos do tesouro R\$ 3.213.728.206,00 (três bilhões, duzentos e treze milhões, setecentos e vinte e oito mil e duzentos e seis reais); recurso de demais fontes R\$ 612.096.166,00 (seiscentos e doze milhões, noventa e seis mil, cento e sessenta e seis reais); totalizando R\$ 3.825.824.372,00 (três bilhões, oitocentos e vinte e cinco milhões, oitocentos e vinte e quatro mil, trezentos e setenta e dois reais).

Conforme aprovado na **LOA – 2020**, a Secretaria de Estado da Saúde possui três unidades orçamentárias sendo:

- **48091 – Fundo Estadual de Saúde:** Lei nº 5.254, de 27 de setembro de 1976 a alterações; Decreto nº 3.509, de 12 de outubro de 1977 e alterações; Lei complementar nº 243, de 30 de janeiro de 2003. Este é dividido em treze programas assim distribuídos:
 - **Caminhos do Desenvolvimento:** recurso de crédito com Banco do Brasil e BNDS para obras e equipamentos (Pacto por Santa Catarina);
 - **Acelera Santa Catarina:** recurso de crédito com BNDS e Banco do Brasil para obras e equipamentos (Pacto por Santa Catarina);

- **Gestão do SUS:** os recursos são utilizados para ações na área de Regulação, Educação Permanente, manutenção do Conselho Estadual de Saúde, Ações Judiciais;
 - **Vigilância em Saúde:** os recursos são utilizados para ações em vigilância epidemiológica, sanitária e também para o Laboratório Central do Estado – LACEN;
 - **Atenção Primária à Saúde:** recursos para o incentivo financeiro para o cofinanciamento da Atenção Básica, reaparelhamento da Atenção Básica, e atender leis como PROCIS e Portarias Ministeriais;
 - **Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar:** recursos para manutenção as Unidades Hospitalares Estaduais, Telemedicina, Transplante, convênios para ações de média e alta complexidade, atender as Portarias das Redes, Cirurgias eletivas, SAMU;
 - **Assistência Farmacêutica:** recursos para medicamentos do componente Básico, Estratégico e Especializado;
 - **Gestão das Redes Temáticas**
 - **Redução da Criminalidade:** recurso previsto no Decreto Estadual Nº 2.817 de 10 de dezembro de 2009, que no seu artigo 5º fala do valor a ser descentralizado da Secretaria de Estado da Saúde para a Polícia Militar de Santa Catarina o qual é de 33,33% (PROERD);
 - **Gestão administrativa - Poder Executivo:** Que apresenta os recursos de campanhas informativas e institucional;
 - **Gestão de Pessoas:** recursos da folha de pagamento e dos estagiários;
 - **Saúde Ocupacional;**
 - **Encargos Especiais.**
- **48092 – Fundo Catarinense para o Desenvolvimento da Saúde:** atendendo a Lei Estadual Nº 16.666, de 21 de julho de 2015 que instituiu o Fundo Catarinense para o Desenvolvimento da Saúde – INVESTSAÚDE, que opera os recursos destinados decorrentes do Contrato de Financiamento de Operação de Crédito Interna, mediante Abertura de Crédito nº 13.2.0026.1, firmado entre o Estado e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), cuja operação de crédito foi autorizada pela Lei nº 15.855, de 2 de agosto de

2012. Esses recursos são repassados aos municípios, entidades filantrópicas e entidades beneficentes sem fins lucrativos para aplicação em construção, reforma e ampliação, aquisição de equipamentos e veículos para a saúde.

- **48093 – Fundo Estadual de Apoio aos Hospitais Filantrópicos de Santa Catarina:** instituído através da Lei Estadual Nº 16.968, de 19 de junho de 2016, e Lei Estadual Nº 17.350 de 11 de dezembro de 2017, que trata dos recursos a financiar programa de cirurgias eletivas de baixa, média e alta complexidade; custeio e manutenção do HEMOSC e CEPON.

O orçamento da Secretaria de Estado da Saúde, incluindo as três unidades orçamentárias e todas as fontes, no ano de 2020 ficou distribuído, conforme quadro abaixo:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	FONTE 100	DEMAIS FONTES	TOTAL
48091	3.319.222.993,47	1.558.956.653,31	4.878.179.646,78
48092	0,00	4.089.498,50	4.089.498,50
48093	31.567.976,00	160.000,00	31.727.976,00
TOTAL ORÇAMENTO	3.350.790.969,47	1.563.206.151,81	4.913.997.121,28

A execução orçamentária e financeira para o segundo quadrimestre do exercício de 2020 foi executada dentro da disponibilidade orçamentária, da cota orçamentária (valor limite para empenho e liquidação) e da cota financeira (valor disponível para pagamento de despesas).

4.2. DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS

A tabela 1 apresenta a execução orçamentária total da Secretaria de Estado da Saúde – SES no ano de 2020, valores empenhados, liquidados e pagos, segundo Unidade Gestora, em todas as fontes de recurso. A Unidade Gestora **480091** é referente ao fundo Estadual de Saúde. A Unidade Gestora **480092** refere-se ao Fundo Catarinense para o Desenvolvimento da Saúde – Investsaúde, os recursos são repassados aos municípios, entidades filantrópicas e entidades beneficentes sem fins lucrativos para aplicação em construção, reforma e ampliação de unidades de saúde básicas, bem como de unidades de média e alta complexidade; e aquisição de equipamentos permanentes, mobiliário e veículos novos diretamente destinados aos serviços de saúde pública, prestados ao cidadão. E a Unidade Gestora **480093** é referente ao Fundo Estadual de Apoio aos Hospitais Filantrópicos de Santa Catarina que trata dos recursos financeiros para financiar programa de cirurgias eletivas de baixa, média e alta complexidade, a serem executadas por entidades de caráter assistencial, sem fins lucrativos; custeio e manutenção do HEMOSC e CEPON.

Tabela 1. Execução orçamentária da SES – valores empenhados, liquidados e pagos, no ano de 2020.

Unidade Gestora	Dotação Orçamentária	Empenhado	% Empenhado	Liquidado	% Liquidado	Pago	% Pago
480091	4.877.804.225,65	4.275.780.597,38	87,66	4.057.235.160,50	94,89	3.998.484.351,70	98,55
480092	4.089.498,50	3.119.022,50	76,27	2.919.022,50	93,59	2.919.022,50	100,00
480093	31.567.976,00	16.407.976,00	51,98	13.128.951,59	80,02	13.128.951,59	100,00

4.2.1. Unidade Gestora do Fundo Estadual de Saúde:

A seguir apresentamos a execução orçamentária da SES referente a Unidade Gestora do Fundo Estadual de Saúde, responsável pela maior parte do recurso executado. Na tabela 2 apresentamos as despesas empenhadas, liquidadas e pagas por Programa pertencente à Unidade Gestora referida e todas as fontes de recurso.

Tabela 2. Execução orçamentária Fundo Estadual de Saúde, por Programa e com recurso de todas as fontes, no ano de 2020.

Programa	Dotação Orçamentária	Empenhado	% Empenhado	Liquidado	% Liquidado	Pago	% Pago
Caminhos do Desenvolvimento	3.795.289,60	3.588.477,39	94,55	3.588.477,39	100,00	3.588.477,39	100,00
Acelera Santa Catarina	118.586.855,02	39.058.545,31	32,94	26.591.759,35	68,08	25.781.863,35	96,95
Gestão do SUS	711.561.671,30	645.935.637,43	90,78	608.862.582,22	94,26	601.217.992,32	98,74
Vigilância em Saúde	37.781.035,60	15.693.977,75	41,54	10.569.431,79	67,35	10.218.889,59	96,68
Atenção Primária à Saúde	122.889.305,98	121.347.187,67	98,75	114.207.573,41	94,12	114.207.573,41	100,00
Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	2.172.131.235,88	1.795.862.593,98	82,68	1.676.897.268,67	93,38	1.645.375.702,16	98,12
Assistência Farmacêutica	120.830.204,32	105.997.050,58	87,72	99.211.456,21	93,60	93.617.530,06	94,36
Gestão das Redes Temáticas	152.559.366,40	134.414.311,08	88,11	122.239.975,29	90,94	121.559.885,63	99,44
Gestão de Pessoas	1.293.773.862,73	1.275.863.235,75	98,62	1.275.068.800,20	99,94	1.267.847.319,64	99,43
Gestão Administrativa	142.833.653,01	137.259.820,63	96,10	119.238.076,16	86,87	114.309.358,34	95,87
Encargos Especiais	759.759,81	759.759,81	100,00	759.759,81	100,00	759.759,81	100,00
Total	4.877.804.225,65	4.275.780.597,38	87,66	4.057.235.160,50	94,89	3.998.484.351,70	98,55

A tabela 3 se refere a execução orçamentária do Fundo Estadual de Saúde com os recursos do tesouro (Fonte 100). Apresentamos as despesas, empenhadas, liquidadas e pagas segundo os mesmos Programas pertencentes a essa Unidade Gestora.

Tabela 3. Execução Orçamentária Fundo Estadual de Saúde, por Programa no recursos da Fonte 100.

Programa	Dotação Orçamentária	Empenhado	% Empenhado	Liquidado	% Liquidado	Pago	% Pago
Acelera Santa Catarina	207.000,00	207.000,00	100,00	207.000,00	100,00	207.000,00	100,00
Gestão do SUS	609.165.241,20	582.628.769,77	95,64	552.079.847,28	94,76	544.851.102,68	98,69
Vigilância em Saúde	2.469.114,70	2.421.428,63	98,07	1.845.567,89	76,22	1.750.804,77	94,87
Atenção Primária à Saúde	121.775.442,59	121.347.187,67	99,65	114.207.573,41	94,12	114.207.573,41	100,00
Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	1.206.597.939,43	1.126.938.274,73	93,40	1.070.762.563,62	95,02	1.050.806.122,71	98,14
Assistência Farmacêutica	85.834.782,79	84.908.463,55	98,92	80.894.681,13	95,27	75.773.362,23	93,67
Gestão das Redes Temáticas	9.336.000,00	9.329.845,64	99,93	8.342.191,44	89,41	8.317.219,40	99,70
Gestão de Pessoas	1.156.139.266,57	1.138.228.639,59	98,45	1.137.434.204,04	99,93	1.130.212.723,48	99,37
Gestão Administrativa - Poder Executivo	126.642.246,38	124.422.831,11	98,25	110.344.615,94	88,69	105.459.252,52	95,57
Encargos Especiais	759.759,81	759.759,81	100,00	759.759,81	100,00	759.759,81	100,00
Total	3.319.222.993,47	3.191.192.200,50	96,14	3.076.878.004,56	96,42	3.032.344.921,01	98,55

A tabela 4 é apresentado a execução orçamentária do Fundo Estadual de Saúde com os recursos das demais fontes. Apresentamos as despesas, empenhadas, liquidadas e pagas segundo os mesmos Programas pertencentes a essa Unidade Gestora.

Tabela 4. Execução Orçamentária Fundo Estadual de Saúde, por Programa nas demais fontes de recurso.

Programa	Dotação Orçamentária	Empenhado	% Empenhado	Liquidado	% Liquidado	Pago	% Pago
Caminhos do Desenvolvimento	4.002.101,81	3.588.477,39	89,66	3.588.477,39	100,00	3.588.477,39	100,00
Acelera Santa Catarina	118.379.855,02	38.851.545,31	32,82	26.384.759,35	67,91	25.574.863,35	96,93
Gestão do SUS	102.396.430,10	63.306.867,66	61,83	56.782.734,94	89,69	56.366.889,64	99,27
Vigilância em Saúde	35.311.920,90	13.272.549,12	37,59	7.878.889,55	59,36	8.469.559,82	107,50
Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	965.533.296,45	668.924.319,25	69,28	606.134.705,05	90,61	594.569.579,45	98,09
Assistência Farmacêutica	34.995.421,53	21.088.587,03	60,26	18.316.775,08	86,86	17.844.167,83	97,42
Gestão das Redes Temáticas	143.223.366,40	125.084.465,44	87,34	113.897.783,85	91,06	113.242.666,23	99,42
Gestão de Pessoas	137.634.596,16	137.634.596,16	100,00	137.634.596,16	100,00	137.634.596,16	100,00
Gestão Administrativa - Poder Executivo	16.191.406,63	12.836.989,52	79,28	8.893.460,22	69,28	8.850.105,82	99,51
Total	1.558.956.653,31	1.084.588.396,88	69,57	979.512.181,59	90,31	966.140.905,69	98,63

Seguindo com a apresentação da execução orçamentária do Fundo Estadual de Saúde, detalhamos, a seguir, as despesas empenhadas, liquidadas e pagas por subação, dentro dos mesmos Programas já citados anteriormente, e expondo as despesas divididas por recursos de todas as fontes e recursos do tesouro (fonte 100).

a) Recursos de todas as fontes:

A tabela 5 exibe as despesas empenhadas, liquidadas e pagas referente aos Programas Caminhos do Desenvolvimento e Acelera Santa Catarina, em todas as fontes de recurso.

Tabela 5. Execução Orçamentária do Fundo Estadual de Saúde, detalhada por subação no Programa Caminhos do Desenvolvimento e Acelera Santa Catarina, em todas as fontes de recurso.

Subação	Dotação Orçamentária	Empenhado	% Empenhado	Liquidado	% Liquidado	Pago	% Pago
0100 Caminhos do Desenvolvimento	3.795.289,60	3.588.477,39	94,55	3.588.477,39	100,00	3.588.477,39	100,00
014148 Equipar as unidades da Secretaria de Estado da Saúde	3.795.289,60	3.588.477,39	94,55	3.588.477,39	100,00	3.588.477,39	100,00
0101 Acelera Santa Catarina	118.586.855,02	39.058.545,31	32,94	26.591.759,35	68,08	25.781.863,35	96,95
012191 Ampliação e readequação do hospital Hans Dieter Schmidt - Joinville	8.548.978,14	4.536.086,24	53,06	3.343.695,64	73,71	3.343.695,64	100,00
012575 Ampliação hospital Regional do Oeste - Chapecó	361.590,25	261.590,25	72,34	132.682,41	50,72	132.682,41	100,00
012576 Ampliação do hospital Marieta Konder Bornhausen de Itajaí	2.262.943,34	1.762.943,34	77,90	1.762.943,34	100,00	1.762.943,34	100,00
012586 Equipar as unidades assistenciais da secretaria de estado da saúde	61.241.326,97	13.008.060,07	21,24	10.483.605,70	80,59	9.673.709,70	92,27
012588 Ampliação do hospital São Paulo de Xanxerê	10.468.767,08	6.460.239,38	61,71	1.639.206,23	25,37	1.639.206,23	100,00
012665 Equipar o hospital Marieta Konder Bornhausen - Itajaí	9.203.180,22	9.022.626,03	98,04	9.022.626,03	100,00	9.022.626,03	100,00
014229 Construção do laboratório de anatomia patológica do centro de pesquisas oncológicas - CEPON	3.217.311,06	207.000,00	6,43	207.000,00	100,00	207.000,00	100,00

Na tabela 6 são exibidas as despesas empenhadas, liquidadas e pagas referente ao Programa Gestão do SUS, em todas as fontes de recurso.

Tabela 6. Execução Orçamentária do Fundo Estadual de Saúde, detalhada por subação no Programa Gestão do SUS, em todas as fontes de recurso.

Subação	Dotação Orçamentária	Empenhado	% Empenhado	Liquidado	% Liquidado	Pago	% Pago
0400 Gestão do SUS	711.561.671,30	645.935.637,43	90,78	608.862.582,22	94,26	601.217.992,32	98,74
011283 Realização das atividades da superintendência de serviços especializados e regulação	606.044,83	282.079,06	46,54	246.465,85	87,37	241.650,71	98,05
011426 Fortalecimento das residências	16.048.885,30	15.350.837,12	95,65	15.113.847,18	98,46	15.113.847,18	100,00
011428 Fomentar pesquisa em saúde	1.012.000,00	1.000.000,00	98,81	1.000.000,00	100,00	1.000.000,00	100,00
011443 Manutenção das atividades do conselho estadual de saúde	60.000,00	41.179,16	68,63	6.811,64	16,54	6.811,64	100,00
011453 Qualificação dos profissionais do Sistema Único de Saúde	2.511.779,72	258.788,60	10,30	47.915,49	18,52	44.490,01	92,85
011464 Gestão das atividades das escolas de saúde da Secretaria de Estado da Saúde	90.000,00	62.213,82	69,13	53.373,72	85,79	48.394,42	90,67
011478 Atendimento das ações judiciais	355.671.576,97	351.236.765,01	98,75	320.434.491,28	91,23	314.012.563,92	98,00
012492 Elaboração de projetos arquitetônicos e complementares para hospitais	164.975,12	159.352,55	96,59	159.322,99	99,98	159.322,99	100,00
013252 Ampliações e reformas das unidades assistenciais próprias	12.350.292,66	2.271.387,85	18,39	1.638.194,06	72,12	1.467.491,84	89,58
013253 Aquisição de equipamentos e mobiliário para unidades assistenciais próprias - SES	100.913.944,88	75.818.629,28	75,13	72.371.739,49	95,45	72.329.146,36	99,94
013268 Realização de obras de manutenção, reforma nas edificações da SES	1.699.025,37	1.424.089,65	83,82	1.293.822,53	90,85	1.192.674,99	92,18
014240 Emenda parlamentar impositiva da Saúde	200.133.146,45	179.128.211,17	89,50	178.157.770,24	99,46	177.262.770,51	99,50
015015 Apoio financeiro aos consórcios intermunicipais de saúde	20.000.000,00	18.902.104,16	94,51	18.338.827,75	97,02	18.338.827,75	100,00

Na tabela 7 são exibidas as despesas empenhadas, liquidadas e pagas referente ao Programa Vigilância em Saúde, em todas as fontes de recurso.

Tabela 7. Execução Orçamentária do Fundo Estadual de Saúde, detalhada por subação no Programa Vigilância em Saúde, em todas as fontes de recurso.

Subação	Dotação Orçamentária	Empenhado	% Empenhado	Liquidado	% Liquidado	Pago	% Pago
0410 Vigilância em Saúde	37.781.035,60	15.693.977,75	41,54	10.569.431,79	67,35	10.218.889,59	96,68
011205 Manutenção das ações de vigilância epidemiológica	12.902.989,50	6.042.617,39	46,83	4.097.800,27	67,81	3.888.570,19	94,89
011227 Ações de vigilância sanitária	9.104.525,49	2.527.941,16	27,77	1.440.042,33	56,97	1.440.042,33	100,00
011254 Realização de exames e ensaios de interesse da saúde pública pelo laboratório central (LACEN)	10.851.520,61	7.123.419,20	65,64	5.031.589,19	70,63	4.890.277,07	97,19

Na tabela 8 são exibidas as despesas empenhadas, liquidadas e pagas referente ao Programa Atenção Primária à Saúde, em todas as fontes de recurso.

Tabela 8. Execução Orçamentária do Fundo Estadual de Saúde, detalhada por subação no Programa Atenção Primária à Saúde, em todas as fontes de recurso.

Subação	Dotação Orçamentária	Empenhado	% Empenhado	Liquidado	% Liquidado	Pago	% Pago
0420 Atenção Primária à Saúde	122.889.305,98	121.347.187,67	98,75	114.207.573,41	94,12	114.207.573,41	100,00
011485 Incentivo financeiro estadual para o cofinanciamento da atenção primária	107.461.705,69	107.343.096,77	99,89	101.238.032,91	94,31	101.238.032,91	100,00
011489 Incentivo financeiro aos municípios contemplados no programa catarinense de inclusão social - PROCIS	4.170.201,46	4.170.201,46	100,00	3.853.833,94	92,41	3.853.833,94	100,00
011493 Incentivo financeiro para o cofinanciamento dos centros de especialidades odontológicas	3.559.993,32	3.559.993,32	100,00	3.339.993,32	93,82	3.339.993,32	100,00
011495 Incentivo financeiro aos municípios que possuem laboratório de prótese dentária	3.013.269,82	3.013.269,82	100,00	2.756.727,78	91,49	2.756.727,78	100,00
013264 Incentivo financeiro para a política de atenção integral a saúde das pessoas privadas de liberdade	1.582.411,82	1.582.411,82	100,00	1.467.737,76	92,75	1.467.737,76	100,00
014090 Incentivo financeiro aos municípios que possuem centros de atenção psicossocial - CAPS	1.796.110,42	1.664.714,48	92,68	1.551.247,70	93,18	1.551.247,70	100,00

Na tabela 9 são exibidas as despesas empenhadas, liquidadas e pagas referente ao Programa Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, em todas as fontes de recurso.

Tabela 9. Execução Orçamentária do Fundo Estadual de Saúde, detalhada por subação no Programa Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, em todas as fontes de recurso.

Subação	Dotação Orçamentária	Empenhado	% Empenhado	Liquidado	% Liquidado	Pago	% Pago
0430 Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	2.172.131.235,88	1.795.862.593,98	82,68	1.676.897.268,67	93,38	1.645.375.702,16	98,12
005429 Manutenção das unidades assistenciais próprias	379.063.267,97	274.629.401,59	72,45	220.142.067,14	80,16	202.983.491,35	92,21
011285 Ações relacionadas ao transplante de órgãos e tecidos	3.218.711,25	1.988.300,28	61,77	1.524.104,85	76,65	1.463.939,93	96,05
011293 Manutenção do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU	124.561.009,21	124.438.135,29	99,90	124.402.418,45	99,97	124.402.418,45	100,00
011300 Realização dos serviços de telemedicina	2.000.000,00	1.350.000,00	67,50	850.000,00	62,96	850.000,00	100,00
011308 Ações do programa de tratamento fora de domicílio - TFD	8.893.000,00	5.088.093,32	57,21	3.296.566,29	64,79	2.956.496,30	89,68
011320 Realização de procedimentos contemplados na programação pactuada e integrada - PPI	648.862.869,92	454.847.995,08	70,10	415.168.627,10	91,28	406.217.137,43	97,84
011324 Realização de cirurgias eletivas ambulatoriais e hospitalares	21.189.314,30	13.078.437,95	61,72	12.783.762,07	97,75	12.783.762,07	100,00
011325 Manutenção do incentivo da política de atenção hospitalar	93.166.078,03	92.464.280,38	99,25	87.351.058,65	94,47	86.981.078,12	99,58
011328 Realização de convênios para ações de média e alta complexidade	287.959.750,50	253.229.269,04	87,94	252.341.388,01	99,65	250.911.388,01	99,43
011441 Manutenção das unidades assistenciais administradas por organizações sociais	432.981.570,56	432.171.526,63	99,81	432.171.526,63	100,00	432.171.526,63	100,00
013262 Ações do serviço de anatomia patológica e verificação de óbitos (SVO)	5.219.973,46	258.559,11	4,95	241.330,70	93,34	227.633,53	94,32
013266 Realização dos serviços assistenciais do Centro Catarinense de Reabilitação - CCR	16.662.708,33	12.921.008,80	77,54	11.744.168,11	90,89	10.886.183,67	92,69
013270 Ações das centrais de regulação	1.650.806,58	1.407.476,84	85,26	907.947,31	64,51	907.947,31	100,00
015037 Enfrentamento da Pandemia COVID19	146.661.381,32	127.990.109,67	87,27	113.972.303,36	89,05	111.632.699,36	97,95

Na tabela 10 são exibidas as despesas empenhadas, liquidadas e pagas referente ao Programa Assistência Farmacêutica, em todas as fontes de recurso.

Tabela 10. Execução Orçamentária do Fundo Estadual de Saúde, detalhada por subação no Programa Assistência Farmacêutica, em todas as fontes de recurso.

Subação	Dotação Orçamentária	Empenhado	% Empenhado	Liquidado	% Liquidado	Pago	% Pago
0440 Assistência Farmacêutica	120.830.204,32	105.997.050,58	87,72	99.211.456,21	93,60	93.617.530,06	94,36
011200 Distribuição de medicamentos do componente especializado	80.637.123,24	65.985.200,03	81,83	61.984.797,82	93,94	56.390.871,67	90,98
011201 Distribuição de medicamentos do componente estratégico	87.465,00	84.935,14	97,11	72.470,14	85,32	72.470,14	100,00
011477 Repasse de recurso financeiro aos municípios para compra de medicamentos básicos	40.105.616,08	39.926.915,41	99,55	37.154.188,25	93,06	37.154.188,25	100,00

Na tabela 11 são exibidas as despesas empenhadas, liquidadas e pagas referente aos Programas Gestão das Redes Temáticas, Gestão de Pessoas, Gestão Administrativa e encargos Especiais, em todas as fontes de recurso.

Tabela 11. Execução Orçamentária do Fundo Estadual de Saúde, detalhada por subação nos Programas Gestão das Redes Temáticas, Gestão de Pessoas, Gestão Administrativa e encargos Especiais, em todas as fontes de recurso.

0450 Gestão das Redes Temáticas	152.559.366,40	134.414.311,08	88,11	122.239.975,29	90,94	121.559.885,63	99,44
011435 Rede de atenção psicossocial	10.868.632,37	10.676.272,04	98,23	9.688.617,84	90,75	9.663.645,80	99,74
011437 Rede de atenção às urgências	107.666.093,97	98.776.195,50	91,74	89.870.386,44	90,98	89.371.056,39	99,44
011438 Rede Cegonha	27.181.948,70	24.961.843,54	91,83	22.680.971,01	90,86	22.525.183,44	99,31
0850 Gestão de Pessoas	1.293.773.862,73	1.275.863.235,75	98,62	1.275.068.800,20	99,94	1.267.847.319,64	99,43
001018 Administração de pessoal e encargos sociais - SES	1.291.411.662,73	1.274.027.697,22	98,65	1.273.233.261,67	99,94	1.266.011.781,11	99,43
004617 Encargos com estagiários - SES	2.362.200,00	1.835.538,53	77,70	1.835.538,53	100,00	1.835.538,53	100,00
0900 Gestão Administrativa	142.833.653,01	137.259.820,63	96,10	119.238.076,16	86,87	114.309.358,34	95,87
002783 Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais - SDS	1.500.000,00	1.497.847,27	99,86	1.444.418,20	96,43	1.402.193,90	97,08
004650 Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais - SES	117.898.145,57	114.074.221,45	96,76	99.365.331,82	87,11	95.907.292,06	96,52
004771 Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação - SES	21.022.880,19	20.228.222,01	96,22	17.264.854,19	85,35	15.867.423,72	91,91
011481 Manutenção dos serviços administrativos das Gerências Regionais de Saúde	1.233.708,79	1.146.440,85	92,93	850.572,80	74,19	819.549,51	96,35
013269 Adquirir equipamentos e mobiliário para as unidades administrativas da SES	1.178.918,46	313.089,05	26,56	312.899,15	99,94	312.899,15	100,00
0990 Encargos Especiais	759.759,81	759.759,81	100,00	759.759,81	100,00	759.759,81	100,00
014263 Encargos com precatórios - SES	759.759,81	759.759,81	100,00	759.759,81	100,00	759.759,81	100,00
Total	4.877.804.225,65	4.275.780.597,38	87,66	4.057.235.160,50	94,89	3.998.484.351,70	98,55

b) Recursos do Tesouro - Fonte 100

A tabela 12 exibe as despesas empenhadas, liquidadas e pagas referente ao Programa Acelera Santa Catarina, na fonte 100.

Tabela 12. Execução Orçamentária do Fundo Estadual de Saúde, detalhada por subação no Programa Acelera Santa Catarina, na Fonte 100.

Subação	Dotação Orçamentária	Empenhado	% Empenhado	Liquidado	% Liquidado	Pago	% Pago
0101 Acelera Santa Catarina	207.000,00	207.000,00	100,00	207.000,00	100,00	207.000,00	100,00
014229 Construção do laboratório de anatomia patológica do centro de pesquisas oncológicas - CEPON	207.000,00	207.000,00	100,00	207.000,00	100,00	207.000,00	100,00

A tabela 13 exibe as despesas empenhadas, liquidadas e pagas referente ao Programa Gestão do SUS, na fonte 100.

Tabela 13. Execução Orçamentária do Fundo Estadual de Saúde, detalhada por subação no Programa Gestão do SUS, na Fonte 100.

Subação	Dotação Orçamentária	Empenhado	% Empenhado	Liquidado	% Liquidado	Pago	% Pago
0400 Gestão do SUS	609.165.241,20	582.628.769,77	95,64	552.079.847,28	94,76	544.851.102,68	98,69
011283 Realização das atividades da superintendência de serviços especializados e regulação	313.275,00	282.079,06	90,04	246.465,85	87,37	241.650,71	98,05
011426 Fortalecimento das residências	16.048.885,30	15.350.837,12	95,65	15.113.847,18	98,46	15.113.847,18	100,00
011428 Fomentar pesquisa em saúde	1.012.000,00	1.000.000,00	98,81	1.000.000,00	100,00	1.000.000,00	100,00
011443 Manutenção das atividades do conselho estadual de saúde	60.000,00	41.179,16	68,63	6.811,64	16,54	6.811,64	100,00
011453 Qualificação dos profissionais do Sistema Único de Saúde	50.000,00	12.651,40	25,30	11.943,58	94,41	11.943,58	100,00
011464 Gestão das atividades das escolas de saúde da Secretaria de Estado da Saúde	90.000,00	62.213,82	69,13	53.373,72	85,79	48.394,42	90,67
011478 Atendimento das ações judiciais	315.386.433,26	313.442.762,53	99,38	286.944.883,26	91,55	280.910.282,59	97,90
013252 Ampliações e reformas das unidades assistenciais próprias	3.035.726,86	1.683.042,69	55,44	1.095.462,04	65,09	924.759,82	84,42
013253 Aquisição de equipamentos e mobiliário para unidades assistenciais próprias - SES	51.535.774,33	51.402.113,49	99,74	49.827.223,49	96,94	49.809.723,49	99,96
013268 Realização de obras de manutenção, reforma nas edificações da SES	1.500.000,00	1.321.575,17	88,11	1.283.238,53	97,10	1.182.090,99	92,12
014240 Emenda parlamentar impositiva da Saúde	200.133.146,45	179.128.211,17	89,50	178.157.770,24	99,46	177.262.770,51	99,50
015015 Apoio financeiro aos consórcios intermunicipais de saúde	20.000.000,00	18.902.104,16	94,51	18.338.827,75	97,02	18.338.827,75	100,00

Na tabela 14 exibimos as despesas empenhadas, liquidadas e pagas referente aos Programas Vigilância em Saúde e Atenção Primária à Saúde, na fonte 100.

Tabela 14. Execução Orçamentária do Fundo Estadual de Saúde, detalhada por subação nos Programas Vigilância em Saúde e Atenção Primária à Saúde, na Fonte 100.

Subação	Dotação Orçamentária	Empenhado	% Empenhado	Liquidado	% Liquidado	Pago	% Pago
0410 Vigilância em Saúde	2.469.114,70	2.421.428,63	98,07	1.845.567,89	76,22	1.750.804,77	94,87
011205 Manutenção das ações de vigilância epidemiológica	2.114,70	2.114,70	100,00	164,70	7,79	164,70	100,00
011227 Ações de vigilância sanitária	2.000,00	770,00	38,50	770,00	100,00	770,00	100,00
011254 Realização de exames e ensaios de interesse da saúde pública pelo laboratório central (LACEN)	2.465.000,00	2.418.543,93	98,12	1.844.633,19	76,27	1.749.870,07	94,86
0420 Atenção Primária à Saúde	121.725.442,59	121.347.187,67	99,69	114.207.573,41	94,12	114.207.573,41	100,00
011485 Incentivo financeiro estadual para o cofinanciamento da atenção primária	107.461.705,69	107.343.096,77	99,89	101.238.032,91	94,31	101.238.032,91	100,00
011489 Incentivo financeiro aos municípios contemplados no programa catarinense de inclusão social - PROCIS	4.170.201,46	4.170.201,46	100,00	3.853.833,94	92,41	3.853.833,94	100,00
011493 Incentivo financeiro para o cofinanciamento dos centros de especialidades odontológicas	3.559.993,32	3.559.993,32	100,00	3.339.993,32	93,82	3.339.993,32	100,00
011495 Incentivo financeiro aos municípios que possuem laboratório de prótese dentária	3.013.269,82	3.013.269,82	100,00	2.756.727,78	91,49	2.756.727,78	100,00
013264 Incentivo financeiro para a política de atenção integral a saúde das pessoas privadas de liberdade	1.582.411,82	1.582.411,82	100,00	1.467.737,76	92,75	1.467.737,76	100,00
014090 Incentivo financeiro aos municípios que possuem centros de atenção psicossocial - CAPS	1.664.714,48	1.664.714,48	100,00	1.551.247,70	93,18	1.551.247,70	100,00

Na tabela 15 exibimos as despesas empenhadas, liquidadas e pagas referente ao Programa Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, na fonte 100.

Tabela 15. Execução Orçamentária do Fundo Estadual de Saúde, detalhada por subação no Programa Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, na Fonte 100.

Subação	Dotação Orçamentária	Empenhado	% Empenhado	Liquidado	% Liquidado	Pago	% Pago
0430 Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	1.206.597.939,43	1.126.938.274,73	93,40	1.070.762.563,62	95,02	1.050.806.122,71	98,14
005429 Manutenção das unidades assistenciais próprias	226.722.599,35	179.391.662,34	79,12	146.744.119,64	81,80	132.129.225,18	90,04
011285 Ações relacionadas ao transplante de órgãos e tecidos	1.655.000,00	1.282.818,78	77,51	886.764,85	69,13	826.599,93	93,22
011293 Manutenção do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU	101.858.162,55	101.858.162,55	100,00	101.858.162,55	100,00	101.858.162,55	100,00
011300 Realização dos serviços de telemedicina	2.000.000,00	1.350.000,00	67,50	850.000,00	62,96	850.000,00	100,00
011308 Ações do programa de tratamento fora de domicílio - TFD	8.893.000,00	5.088.093,32	57,21	3.296.566,29	64,79	2.956.496,30	89,68
011320 Realização de procedimentos contemplados na programação pactuada e integrada - PPI	2.204.422,68	1.204.422,68	54,64	970.042,41	80,54	920.042,41	94,85
011324 Realização de cirurgias eletivas ambulatoriais e hospitalares	6.184.986,25	5.296.571,59	85,64	5.296.571,59	100,00	5.296.571,59	100,00
011325 Manutenção do incentivo da política de atenção hospitalar	93.137.800,00	92.464.280,38	99,28	87.351.058,65	94,47	86.981.078,12	99,58
011328 Realização de convênios para ações de média e alta complexidade	181.008.990,74	176.832.444,71	97,69	176.477.463,68	99,80	175.147.463,68	99,25
011441 Manutenção das unidades assistenciais administradas por organizações sociais	425.482.018,19	425.101.760,33	99,91	425.101.760,33	100,00	425.101.760,33	100,00
013262 Ações do serviço de anatomia patológica e verificação de óbitos (SVO)	55.000,00	21.894,75	39,81	21.534,75	98,36	21.092,18	97,94
013266 Realização dos serviços assistenciais do Centro Catarinense de Reabilitação - CCR	10.916.332,00	9.280.483,89	85,01	8.660.175,31	93,32	7.808.890,87	90,17
013270 Ações das centrais de regulação	1.409.359,00	1.407.476,84	99,87	907.947,31	64,51	907.947,31	100,00
015037 Enfrentamento da Pandemia COVID19	145.029.474,22	126.358.202,57	87,13	112.340.396,26	88,91	110.000.792,26	97,92

Na tabela 16 exibimos as despesas empenhadas, liquidadas e pagas referente aos Programas Assistência Farmacêutica, Gestão das Redes Temáticas, Gestão de Pessoas, Gestão Administrativa e Encargos Especiais, na fonte 100.

Tabela 16. Execução Orçamentária do Fundo Estadual de Saúde, detalhada por subação nos Programas Assistência Farmacêutica, Gestão das Redes Temáticas, Gestão de Pessoas, Gestão Administrativa e Encargos Especiais na Fonte 100.

Subação	Dotação Orçamentária	Empenhado	% Empenhado	Liquidado	% Liquidado	Pago	% Pago
0440 Assistência Farmacêutica	85.834.782,79	84.908.463,55	98,92	80.894.681,13	95,27	75.773.362,23	93,67
011200 Distribuição de medicamentos do componente especializado	45.832.867,38	44.909.078,00	97,98	43.668.022,74	97,24	38.546.703,84	88,27
011201 Distribuição de medicamentos do componente estratégico	75.000,00	72.470,14	96,63	72.470,14	100,00	72.470,14	100,00
011477 Repasse de recurso financeiro aos municípios para compra de medicamentos básicos	39.926.915,41	39.926.915,41	100,00	37.154.188,25	93,06	37.154.188,25	100,00
0450 Gestão das Redes Temáticas	9.336.000,00	9.329.845,64	99,93	8.342.191,44	89,41	8.317.219,40	99,70
011435 Rede de atenção psicossocial	9.336.000,00	9.329.845,64	99,93	8.342.191,44	89,41	8.317.219,40	99,70
0850 Gestão de Pessoas	1.156.139.266,57	1.138.228.639,59	98,45	1.137.434.204,04	99,93	1.130.212.723,48	99,37
001018 Administração de pessoal e encargos sociais - SES	1.153.777.066,57	1.136.393.101,06	98,49	1.135.598.665,51	99,93	1.128.377.184,95	99,36
004617 Encargos com estagiários - SES	2.362.200,00	1.835.538,53	77,70	1.835.538,53	100,00	1.835.538,53	100,00
0900 Gestão Administrativa	126.642.246,38	124.422.831,11	98,25	110.344.615,94	88,69	105.459.252,52	95,57
004650 Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais - SES	104.284.248,81	103.081.453,41	98,85	92.257.566,31	89,50	88.799.526,55	96,25
004771 Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação - SES	21.022.880,19	20.228.222,01	96,22	17.264.854,19	85,35	15.867.423,72	91,91
011481 Manutenção dos serviços administrativos das Gerências Regionais de Saúde	1.135.117,38	1.112.965,79	98,05	822.195,44	73,87	792.302,25	96,36
0990 Encargos Especiais	759.759,81	759.759,81	100,00	759.759,81	100,00	759.759,81	100,00
014263 Encargos com precatórios - SES	759.759,81	759.759,81	100,00	759.759,81	100,00	759.759,81	100,00

4.2.2. Unidade Gestora do Fundo Catarinense para o Desenvolvimento da Saúde:

A seguir apresentamos a execução orçamentária da SES referente a Unidade Gestora do Fundo Catarinense para o Desenvolvimento da Saúde. Na tabela 17 apresentamos as despesas empenhadas, liquidadas e pagas por Programa pertencente à Unidade Gestora referida e todas as fontes de recurso, não tendo recursos provenientes da fonte 100.

Tabela 17. Execução orçamentária Fundo Catarinense para o Desenvolvimento da Saúde, detalhada por subação no Programas Acelera Santa Catarina e com recurso de todas as fontes, no ano de 2020.

Subação	Dotação Orçamentária	Empenhado	% Empenhado	Liquidado	% Liquidado	Pago	% Pago
0101 Acelera Santa Catarina	4.089.498,50	3.119.022,50	76,27	2.919.022,50	93,59	2.919.022,50	100,00
012976 Aquisição de equipamento, material permanente e mobiliário para unidades de saúde	1.469.164,26	522.500,00	35,56	322.500,00	61,72	322.500,00	100,00
012978 Ampliação, reforma e readequação das unidades de saúde	2.620.334,24	2.596.522,50	99,09	2.596.522,50	100,00	2.596.522,50	100,00

4.2.3. Unidade Gestora do Fundo Estadual de Apoio aos Hospitais Filantrópicos de Santa Catarina:

A seguir apresentamos a execução orçamentária da SES referente a Unidade Gestora do Fundo Estadual de Apoio aos Hospitais Filantrópicos de Santa Catarina. Na tabela 18 apresentamos as despesas empenhadas, liquidadas e pagas por Programa pertencente à Unidade Gestora referida e fontes de recursos do Tesouro – Fonte 100, não tendo outras fontes de recurso para esta Unidade Gestora.

Tabela 18. Execução orçamentária do Fundo Estadual de Apoio aos Hospitais Filantrópicos de Santa Catarina, detalhada por subação no Programa Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, na fonte 100.

Subação	Dotação Orçamentária	Empenhado	% Empenhado	Liquidado	% Liquidado	Pago	% Pago
0430 Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	31.567.976,00	16.407.976,00	51,98	13.128.951,59	80,02	13.128.951,59	100,00
014019 Repasse financeiro aos hospitais filantrópicos e municipais conforme Lei Estadual nº 16.968	30.567.976,00	15.407.976,00	50,41	12.128.951,59	78,72	12.128.951,59	100,00
014251 Repasse financeiro para centro de hemoterapia e centro de pesquisas oncológicas	1.000.000,00	1.000.000,00	100,00	1.000.000,00	100,00	1.000.000,00	100,00

4.3. APLICAÇÃO DOS RECURSOS EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE

4.3.1. Despesas com ações e serviços públicos de saúde - ASPS

Na tabela 19 apresentamos as despesas com ações e serviços públicos de saúde por subfunção do Relatório Resumido da Execução Orçamentária relativo ao 6º bimestre do exercício financeiro de 2020, elaborado com base nos dados consolidados, extraídos do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal – SIGEF, e publicados na Portaria nº36/GABS/SEF/SC, de 25 de janeiro 2021.

Tabela 19. Despesas com ações e serviços públicos de saúde por subfunção, computadas no cálculo do mínimo percentual.

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (V)	115.141.151,00	119.992.119,19	119.887.973,19	99,75	112.661.825,71	93,89	112.661.825,71	93,89	7.026.147,48
Despesas Correntes	115.096.151,00	119.992.119,19	119.887.973,19	99,74	112.661.825,71	93,89	112.661.825,71	93,89	7.026.147,48
Despesas de Capital	45.000,00	-	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!	-
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (VI)	1.373.025.489,00	1.657.203.385,14	1.601.309.381,92	96,63	1.526.942.832,54	92,14	1.503.274.997,14	90,71	74.386.529,38
Despesas Correntes	1.042.083.476,00	1.475.896.224,30	1.434.139.381,28	94,53	1.382.935.915,75	89,71	1.339.962.282,31	88,15	71.203.446,51
Despesas de Capital	330.942.013,00	181.507.160,84	167.170.000,66	92,10	164.006.916,79	90,36	163.312.714,83	89,98	3.183.083,87
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VII)	82.400.868,00	85.834.782,79	89.884.509,83	104,72	85.870.727,41	100,04	80.749.408,51	94,08	4.013.782,42
Despesas Correntes	82.400.868,00	85.834.782,79	89.884.509,83	98,92	85.870.727,41	94,24	80.749.408,51	88,28	4.013.782,42
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VIII)	1.000,00	2.000,00	770,00	38,50	770,00	38,50	770,00	38,50	-
Despesas Correntes	1.000,00	1.000,00	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	1.000,00	770,00	-	770,00	-	770,00	-	-
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (IX)	8.000,00	2.114,70	44.568,08	2.107,44	42.616,08	2.015,23	42.616,08	2.015,23	1.950,00
Despesas Correntes	8.000,00	2.114,70	40.726,08	100,00	38.776,08	7,79	38.776,08	7,79	1.950,00
Despesas de Capital	-	-	3.840,00	-	3.840,00	-	3.840,00	-	-
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (X)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XI)	1.612.524.539,00	1.530.389.784,16	1.494.959.929,28	97,88	1.456.569.639,40	95,31	1.442.740.160,48	94,27	36.399.289,86
Despesas Correntes	1.585.264.539,00	1.521.479.089,25	1.491.380.458,36	98,02	1.455.311.752,18	95,65	1.439.598.090,80	94,62	36.048.706,18
Despesas de Capital	27.260.000,00	8.910.714,91	3.599.470,90	40,39	3.248.887,22	36,46	3.142.069,68	35,26	350.583,68
TOTAL (XII) = (V + VI + VII + VIII + IX + X + XI)	3.183.099.047,00	3.393.424.185,98	3.305.887.110,28	97,42	3.184.079.411,14	93,83	3.139.469.777,92		121.807.699,14

Na tabela 20 apresentamos a apuração do cumprimento do limite mínimo para aplicação em ações e serviços públicos de saúde. O Art. 6º da LC 141/2012, estabelece que os Estados e o Distrito Federal aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo, 12% (doze por cento) da arrecadação dos impostos.

Tabela 20. Apuração do cumprimento do limite mínimo em ASPS.

<u>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS</u>	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XIII) = (XII)	3.305.887.110,28	3.184.079.411,14	3.139.489.777,92
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIV)	-	-	-
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XV)	-	-	-
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XVI)	-	-	-
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVII) = (XIII - XIV - XV - XVI)	3.305.887.110,28	3.184.079.411,14	3.139.489.777,92
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVIII) = (IV) x 12% (LC 141/2012)			2.711.210.802,06
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVIII) = (IV) x 12% (Constituição Estadual)			2.711.210.802,06
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XIX) = (XVII (d ou e) - XVIII)1	594.676.308,22	472.868.609,08	
Limite não Cumprido (XX) = (XIX) (Quando valor for inferior a zero)	-		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVII / IV)*100 (mínimo de 12% conforme LC nº 141/2012 ou 12% da Constituição Estadual)	14,63	14,09	

4.3.2. Restos a pagar

Na tabela 21 apresentamos a execução de restos a pagar.

Tabela 21. Execução de restos a pagar.

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR

EXERCÍCIO DO EMPENHO²	Valor Mínimo para aplicação em ASPS	Valor aplicado em ASPS no exercício	Valor aplicado além do limite mínimo	Total inscrito em RP no exercício	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira	Valor inscrito em RP considerado no Limite	Total de RP pagos	Total de RP a pagar	Total de RP cancelados ou prescritos	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados
	(m)	(n)	(o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	(p)	(q) = (XIVd)	(r) = (p - (o + q)), se < 0, então (r) = (0)	(s)	(t)	(u)	(v) = ((o + q) - u)
Empenhos de 2020 (regra nova)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empenhos de 2019 (regra nova)	2.669.674.145,04	2.889.547.147,72	219.873.002,68	228.137.922,44	76.700.663,31	-	206.808.251,32	100.000,00	21.229.671,12	275.343.994,87
Empenhos de 2018	2.825.146.247,77	2.845.462.800,99	20.316.353,22	357.309.430,33	61.029.775,96	275.983.301,15	317.540.809,61	-	39.768.620,72	41.577.508,46
Empenhos de 2017	2.401.672.939,94	2.402.286.256,88	613.316,94	288.295.034,54	87.419.526,16	200.262.191,44	209.551.445,38	2.054.371,72	76.689.217,44	11.343.625,66
Empenhos de 2016 e anteriores	2.045.073.543,80	2.184.915.692,63	139.842.148,73	106.006.145,80	-	-	93.447.239,60	-	12.558.906,20	127.283.242,53

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) (soma dos saldos negativos da coluna "v")	-
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) (valor informado no demonstrativo do exercício anterior)	-
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIV) = (XXII - XXIII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012)	-

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado)¹ (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2020 a serem compensados (XXV) (saldo inicial = XXIV)					
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2019 a serem compensados (XXVI) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)					
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVII) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)					
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVIII)					

5.0. PRODUÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE SUS E ESFERA ADMINISTRATIVA/GESTÃO, SANTA CATARINA

I) Produção de Serviços de Saúde

No quadro abaixo apresenta-se a produção ambulatorial SUS de Santa Catarina do ano de 2020 e um comparativo do mesmo período de 2019.

Produção Ambulatorial SUS, SES/SC – Ano 2020.

Grupo de Procedimento	Qtd. Aprovada	Valor Aprovado
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	240.957	10.856,02
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	4.820.356	121.430.879,99
03 Procedimentos clínicos	7.178.315	255.538.931,20
04 Procedimentos cirúrgicos	294.687	30.037.215,47
05 Transplantes de órgãos, tecidos e células	53.285	9.882.903,76
06 Medicamentos	66.200.028	18.641.691,53
07 Órteses, próteses e materiais especiais	620.271	26.389.036,55
08 Ações complementares da atenção à saúde	1.676.710	10.727.864,80
Total	81.084.609	472.659.379,32

FONTE: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS)

Produção Ambulatorial SUS, SES/SC – Comparativo

Grupo procedimento	2019		2020	
	Qtd. Aprovada	Valor Aprovado	Qtd. Aprovada	Valor Aprovado
Ações de promoção e prevenção em saúde	326.356	7.591,22	240.957	10.856,02
Procedimentos com finalidade diagnóstica	4.975.029	133.757.435,34	4.820.356	121.430.879,99
Procedimentos clínicos	9.002.913	269.482.309,94	7.178.315	255.538.931,20
Procedimentos cirúrgicos	381.754	57.423.059,26	294.687	30.037.215,47

Transplantes de órgãos, tecidos e células	80.761	15.054.488,66	53.285	9.882.903,76
Medicamentos	61.224.996	24.610.970,80	66.200.028	18.641.691,53
Órteses, próteses e materiais especiais	582.162	29.120.612,87	620.271	26.389.036,55
Ações complementares da atenção à saúde	2.341.808	17.866.796,50	1.676.710	10.727.864,80
TOTAL	78.915.779	547.323.264,59	81.084.609	472.659.379,32

FONTE: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS)

No quadro abaixo apresenta-se a produção hospitalar SUS de Santa Catarina do ano de 2020 e um comparativo do mesmo período de 2019.

Produção Hospitalar SUS, SES/SC – Ano 2020

Grupo de Procedimento	AIH Aprovada	Valor Total
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	1.516	2.480.731,92
03 Procedimentos clínicos	237.491	330.094.349,14
04 Procedimentos cirúrgicos	179.419	388.739.549,38
05 Transplantes de órgãos, tecidos e células	2.855	38.357.476,23
Total	421.281	759.672.106,67

FONTE: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

Produção Hospitalar SUS, SES/SC – Comparativo

Grupo procedimento	2019		2020	
	AIH Aprovada	Valor total	AIH Aprovada	Valor total
Procedimentos com finalidade diagnóstica	1.516	2.480.731,92	1.727	2.252.985,69
Procedimentos clínicos	237.491	330.094.349,14	284.989	275.088.659,54
Procedimentos cirúrgicos	179.419	388.739.549,38	225.853	455.159.307,72
Transplantes de órgãos, tecidos e células	2.855	38.357.476,23	3.539	44.064.247,66
TOTAL	421.281	759.672.106,67	516.108	776.565.200,61

FONTE: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

6.0. AUDITORIAS

I) JANEIRO DE 2020

a) Processos Autuados:

Foi autuado 01 (um) processo oriundo da Diretoria da SES, Equipes de Controle, Avaliação e Auditoria das Coordenações Macro, Supervisão Regional e Agências Regionais.

b) Processos Arquivados:

Processo	Classificação	Prestador	Município	Conclusão
SES 55145/2018	Solicitação de pagamento administrativo de Diárias de UTI	Associação de Caridade São Vicente de Paulo	Maфра	Solicitação improcedente pelo não cumprimento de itens da Deliberação CIB 140/2017. Solicitação Não Acatada.
SES 55146/2018	Solicitação de pagamento administrativo de Diárias de UTI	Associação de Caridade São Vicente de Paulo	Maфра	Solicitação improcedente pelo não cumprimento de itens da Deliberação CIB 140/2017. Solicitação Não Acatada.
SES 55147/2018	Solicitação de pagamento administrativo de Diárias de UTI	Associação de Caridade São Vicente de Paulo	Maфра	Solicitação improcedente pelo não cumprimento de itens da Deliberação CIB 140/2017. Solicitação Não Acatada.
SES 5514/2018	Solicitação de pagamento administrativo de Diárias de UTI	Associação de Caridade São Vicente de Paulo	Maфра	Solicitação improcedente pelo não cumprimento de itens da Deliberação CIB 140/2017. Solicitação Não Acatada.
SES 55149/2018	Solicitação de pagamento administrativo de Diárias de UTI	Associação de Caridade São Vicente de Paulo	Maфра	Solicitação improcedente pelo não cumprimento de itens da Deliberação CIB 140/2017. Solicitação Não Acatada.
SES 55150/2018	Solicitação de pagamento administrativo de Diárias de UTI	Associação de Caridade São Vicente de Paulo	Maфра	Solicitação improcedente pelo não cumprimento de itens da Deliberação CIB 140/2017. Solicitação Não Acatada.
SES 55150/2018	Solicitação de pagamento administrativo de Diárias de UTI	Associação de Caridade São Vicente de Paulo	Maфра	Solicitação improcedente pelo não cumprimento de itens da Deliberação CIB 140/2017. Solicitação Não Acatada.

SES 55151/2018	Solicitação de pagamento administrativo de Diárias de UTI	Associação de Caridade São Vicente de Paulo	Maфра	Solicitação improcedente pelo não cumprimento de itens da Deliberação CIB 140/2017. Solicitação Não Acatada.
SES 55153/2018	Solicitação de pagamento administrativo de Diárias de UTI	Associação de Caridade São Vicente de Paulo	Maфра	Solicitação improcedente pelo não cumprimento de itens da Deliberação CIB 140/2017. Solicitação Não Acatada.
SES 55154/2018	Solicitação de pagamento administrativo de Diárias de UTI	Associação de Caridade São Vicente de Paulo	Maфра	Solicitação improcedente pelo não cumprimento de itens da Deliberação CIB 140/2017. Solicitação Não Acatada.
SES 55155/2018	Solicitação de pagamento administrativo de Diárias de UTI	Associação de Caridade São Vicente de Paulo	Maфра	Solicitação improcedente pelo não cumprimento de itens da Deliberação CIB 140/2017. Solicitação Não Acatada.
SES 55156/2018	Solicitação de pagamento administrativo de Diárias de UTI	Associação de Caridade São Vicente de Paulo	Maфра	Solicitação improcedente pelo não cumprimento de itens da Deliberação CIB 140/2017. Solicitação Não Acatada.
SES 55157/2018	Solicitação de pagamento administrativo de Diárias de UTI	Associação de Caridade São Vicente de Paulo	Maфра	Solicitação improcedente pelo não cumprimento de itens da Deliberação CIB 140/2017. Solicitação Não Acatada.
SES 55158/2018	Solicitação de pagamento administrativo de Diárias de UTI	Associação de Caridade São Vicente de Paulo	Maфра	Solicitação improcedente pelo não cumprimento de itens da Deliberação CIB 140/2017. Solicitação Não Acatada.
SES 55159/2018	Solicitação de pagamento administrativo de Diárias de UTI	Associação de Caridade São Vicente de Paulo	Maфра	Solicitação improcedente pelo não cumprimento de itens da Deliberação CIB 140/2017. Solicitação Não Acatada.
SES 94976/2019	Solicitação de pagamento administrativo	Hospital Regional São Paulo Assec	Xanxerê	Solicitação de pagamento administrativo do 3º cateter balão. Solicitação pertinente. A Gerência de Controle e Avaliação do Sistema informa que o valor de R\$ 240,00 será deduzido do superávit do

				contrato.
--	--	--	--	-----------

c) Notificações encaminhadas:

Nº	Processo
001	PSES 45947/2018
002	PSES 97498/2019
003	PSES 97498/2019
004	SCC 2224/2019

d) Advertências Encaminhadas:

Não houve.

e) Encaminhamentos aos órgãos de classe:

Não houve.

f) Devoluções efetuadas referentes aos processos de auditoria em prontuários com glosas totais e/ou mudanças de procedimento:

Foram devolvidos R\$ 958,58 (novecentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e oito centavos). Trata-se da auditoria realizada no HOSPITAL SÃO SEBASTIÃO (ASSISTÊNCIA SOCIAL SÃO SEBASTIÃO DE ANITÁPOLIS) - ref. Processo PSUS 5940/095.

g) Atividades externas desenvolvidas pela equipe central:

Município	Unidade	Tipo	Dia
Balneário Camboriu	Hospital Municipal Ruth Cardoso	Auditoria Operativa	06 a 10
Gaspar	Hospital de Caridade Nossa Senhora do P. Socorro e Secretaria Municipal de Saúde	Auditoria compartilhada com Seção de Auditoria - SEAUD/ Núcleo de Santa Catarina/ Ministério da Saúde	13 a 24

h) AIHS Analisadas Referente às Críticas de Bloqueios Sistêmicos Efetuados no Processamento do Sistema de Informações Hospitalares Descentralizados (SIHD2) dos prestadores da 18ª Regional de Saúde – Grande Florianópolis:

Processamento Janeiro 2020	Quantidade de AIHs com críticas de bloqueio
----------------------------	---

(Comp. 12/2019)	
Crítica – Sobrepostas - Homônimos	1.195
Crítica – Solicitação de Liberação	318
Total	1.513

II) FEVEREIRO DE 2020

a) Processos Autuados:

Foram autuados 10 (dez) processos oriundos da Diretoria da SES, Equipes de Controle, Avaliação e Auditoria das Coordenações Macro, Supervisão Regional e Agências Regionais.

b) Processos Arquivados:

Processo	Classificação	Prestador	Município	Conclusão
SES 49562/2019	Solicitação de pagamento administrativo de Cateter Balão	Hospital Regional São Paulo	Xanxerê	Pagamento administrativo de 01 cateter balão. Solicitação procedente. A GECOS providenciou a dedução do valor de R\$ 240,00 do saldo existente no contrato entre a SES e o Hospital.

c) Notificações emitidas:

Não houve.

d) Advertências Encaminhadas:

Não houve.

e) Encaminhamentos aos órgãos de classe:

Não houve.

f) Devoluções efetuadas referentes aos processos de auditoria em prontuários com glosas totais e/ou mudanças de procedimento:

Foram devolvidos R\$ 958,58 (novecentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e oito centavos). Trata-se da auditoria realizada no HOSPITAL SÃO SEBASTIÃO (ASSISTÊNCIA SOCIAL SÃO SEBASTIÃO DE ANITÁPOLIS) - ref. Processo PSUS 5940/095.

g) Atividades externas desenvolvidas pela equipe central:

Não houve.

h) AIHS Analisadas Referente às Críticas de Bloqueios Sistêmicos Efetuados no Processamento do Sistema de Informações Hospitalares Descentralizados (SIHD2) dos prestadores da 18ª Regional de Saúde – Grande Florianópolis:

Processamento FEV 2020 (Comp. 01/2020)	Quantidade de AIHs com críticas de bloqueio
Crítica – Sobrepostas - Homônimos	1.261
Crítica – Solicitação de Liberação	338
Total	1.599

III) MARÇO DE 2020

a) Processos Autuados:

Não houve.

b) Processos Arquivados:

Não houve.

c) Notificações emitidas:

Nº	Processo
005	SES 97485/2019
006	SES 97485/2019
007	SES 97485/2019
008	SES 97485/2019
009	SES 62370/2019
010	SES 62370/2019

d) Advertências Encaminhadas:

Não houve.

f) Devoluções efetuadas referentes aos processos de auditoria em prontuários com glosas totais e/ou mudanças de procedimento:

Foram devolvidos R\$ 958,58 (novecentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e oito centavos). Trata-se da auditoria realizada no HOSPITAL SÃO SEBASTIÃO (ASSISTÊNCIA SOCIAL SÃO SEBASTIÃO DE ANITÁPOLIS) - ref. Processo PSUS 5940/095.

h) AIHS Analisadas Referente às Críticas de Bloqueios Sistêmicos Efetuados no Processamento do Sistema de Informações Hospitalares Descentralizados (SIHD2) dos prestadores da 18ª Regional de Saúde – Grande Florianópolis:

Processamento Março 2020 (Comp. 022020)	Quantidade de AIHs com críticas de bloqueio
Crítica – Sobrepostas - Homônimos	1.338
Crítica – Solicitação de Liberação	487
Total	1.825

IV) ABRIL DE 2020

a) Processos Autuados:

Não houve.

b) Processos Arquivados:

Não houve.

c) Notificações emitidas:

Não houve.

d) Advertências Encaminhadas:

Não houve.

f) Devoluções efetuadas referentes aos processos de auditoria em prontuários com glosas totais e/ou mudanças de procedimento:

Foram devolvidos R\$ 958,58 (novecentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e oito centavos). Trata-se da auditoria realizada no HOSPITAL SÃO SEBASTIÃO (ASSISTÊNCIA SOCIAL SÃO SEBASTIÃO DE ANITÁPOLIS) - ref. Processo PSUS 5940/095.

g) Atividades externas desenvolvidas pela equipe central:

Não houve.

h) AIHS Analisadas Referente às Críticas de Bloqueios Sistêmicos Efetuados no Processamento do Sistema de Informações Hospitalares Descentralizados (SIHD2) dos prestadores da 18ª Regional de Saúde – Grande Florianópolis:

Processamento ABRIL/2020 (Comp. 03/2020)	Quantidade de AIHs com críticas de bloqueio
Crítica – Sobrepostas - Homônimos	1.306
Crítica – Solicitação de Liberação	318
Total	1.624

V) MAIO DE 2020

a) Processos Autuados:

Foram autuados 04 processos oriundos de setores da SES e outros órgãos.

b) Processos Arquivados:

Não foram arquivados processos no período.

c) Notificações emitidas:

PSES 62370/2019 – Secretaria Municipal de Jaraguá do Sul

d) AIHS Analisadas Referente às Críticas de Bloqueios Sistêmicos Efetuados no Processamento do Sistema de Informações Hospitalares Descentralizados (SIHD2) dos prestadores da 18ª Regional de Saúde – Grande Florianópolis.

Processamento Maio/2020 (Comp. 04/2020)	Quantidade de AIHs com críticas de bloqueio
Crítica – Sobrepostas - Homônimos	1.055
Crítica – Solicitação de Liberação	326
Total	1.381

e) Atividades Externas Desenvolvidas pela Equipe Central

MUNICÍPIO	UNIDADE	TIPO	DIA
Araranguá	Hospital Regional de Araranguá	Visita Técnica em conjunto com Gerência de Fiscalização das OS e Gerência de Contabilidade	26/05

VI) JUNHO DE 2020

a) Processos Autuados:

Foram autuados 11 processos oriundos de setores da SES e outros órgãos.

b) Processos Arquivados:

Processo	Classificação	Prestador	Município	Conclusão
SES 25317/2018	Auditoria nos leitos de retaguarda clínica	Hospital e Marieta Konder Bornhausen	Itajaí	Verificado o descumprimento dos Requisitos o qual é habilitado na Rede de Urgência e Emergência, nos leitos de retaguarda clínica. Hospital advertido. SUR e SUE comunicadas.
SES 65682/2019	Solicita pagamento administrativo de OPME (3º cateter balão), no valor de R\$ 240,00.	Hospital Regional São Paulo.	Xanxerê	Evidenciado que o material referente a este processo possui pertinência técnica; registro na ANVISA e etiqueta de rastreabilidade no relatório cirúrgico. Processo encaminhado a SUR.
SES 115381/2019	Denúncia referente à ausência de profissionais	Centro de Terapia Renal SC Ltda	Lages	Denúncia improcedente. A clinica cumpriu a Portaria 1675/2018 em relação a recursos humanos e especialidades.

c) Notificações encaminhadas:

- SES 25184/2018 – Hospital e Maternidade OASE/Timbó
- SES 97485/2019 – Hospital Municipal Ruth Cardoso/Balneário Camboriú

d) Advertências encaminhadas:

- SES 265/2019 – Hospital Santa Terezinha/Braço do Norte
- SES 33085/2019 – Hospital Florianópolis
- SES 97492/2019 - Hospital Cirúrgico de Camboriú

e) Processos encaminhados ao Ministério Público:

- SES 5046/2019 – Associação Hospitalar São Sebastião/Anitápolis

f) Processos encaminhados aos Órgãos de Classe:

- COREN - SES 97492/2019 – Hospital Cirúrgico de Camboriú

- CREMESC - SES 97492/2019 – Hospital Cirúrgico de Camboriú

g) AIHS Analisadas Referente às Críticas de Bloqueios Sistêmicos Efetuados no Processamento do Sistema de Informações Hospitalares Descentralizados (SIHD2) dos prestadores da 18ª Regional de Saúde – Grande Florianópolis:

Processamento Junho/2020 (Comp. 05/2020)	Quantidade de AIHS com críticas de bloqueio
Crítica – Sobrepostas - Homônimos	1.151
Crítica – Solicitação de Liberação	431
Total	1.582

.h) Atividades Externas desenvolvidas pela Equipe Central:

Não foram realizadas atividades externas.

VII) JULHO DE 2020

a) Processos Autuados:

Foram autuados 06 processos oriundos de setores da SES e outros órgãos.

b) Processos Arquivados:

Processo	Classificação	Prestador	Município	Conclusão
SES 9357/2019	Solicita pagamento administrativo por indenização de internações hospitalares.	Hospital São Sebastião	Papanduva	Considerado pertinente o pagamento complementar no valor de R\$ 27.154,04 referentes às internações realizadas no período em que o Hospital estava em processo de Contratualização.
SES 25315/2018	Auditoria nos leitos de Retaguarda Clínica.	Fundação Médica Assistencial ao Trabalhador Rural.	Luiz Alves	Verificou-se que o dimensionamento do quadro de profissionais de enfermagem é insuficiente para o número de leitos e descumprimento dos requisitos o qual é habilitado na Rede de Urgência e Emergência, nos leitos de retaguarda clínica. Hospital advertido. COREN, SMS de Luiz Alves, , SVS, SUR e SUE comunicadas.
SES 25316/2018	Auditoria nos leitos de Retaguarda Clínica.	Hospital Nossa Senhora dos Navegantes	Navegantes	Verificou-se descumprimento dos requisitos o qual é habilitado na Rede de Urgência e Emergência, nos leitos de retaguarda clínica. Hospital advertido. CREMESC, SMS de Navegantes, SVS, SUR e SUE comunicadas.
SES 30579/2010	Auditoria em Prontuários para verificar o custo médio elevado	Associação Hospitalar de Guabiruba	Guabiruba	Verificadas distorções em prontuários, sendo apurado o montante de R\$ 25.744,36 que foi descontado do prestador em 43 parcelas de R\$ 598,71.

SES 127428/2019	Denúncia de dupla cobrança	Hospital São Vicente de Paulo	Mafra	Denúncia improcedente.
--------------------	-------------------------------	-------------------------------------	-------	------------------------

c) Notificações encaminhadas:

- SES 127484/2019 – Hospital e Maternidade Marieta Konder Bornhausen/Itajaí

d) Advertências encaminhadas:

- SES 97498/2019 – Hospital Santo Antônio/Itapema
- SES 97498/2019 – SMS de Itapema

e) Processos encaminhados ao Ministério Público:

- SES 5019 – Associação Hospitalar São Sebastião/Anitápolis

f) Processos encaminhados aos Órgãos de Classe:

- CREMESC - SES 12539/2018 – Hospital e Maternidade Dona Lisette.

g) AIHS Analisadas Referente às Críticas de Bloqueios Sistêmicos Efetuados no Processamento do Sistema de Informações Hospitalares Descentralizados (SIHD2) dos prestadores da 18ª Regional de Saúde – Grande Florianópolis:

Processamento Julho/2020 (Comp. 06/2020)	Quantidade de AIHs com críticas de bloqueio
Crítica – Sobrepostas - Homônimos	615
Crítica – Solicitação de Liberação	240
Total	855

.h) Atividades Externas desenvolvidas pela Equipe Central

MUNICÍPIO	UNIDADE	TIPO	DIA
Balneário Camboriú	Hospital Municipal Ruth Cardoso	Visita Técnica em conjunto com Superintendente da SUH	03/07
Fpolis	Hospital Universitário	Visita Técnica para verificação dos leitos de UTI COVID	06/07

VIII) AGOSTO DE 2020

a) Processos Autuados

Foram autuados 55 processos oriundos de setores da SES e outros órgãos.

b) Processos Arquivados

Processo	Classificação	Prestador	Município	Conclusão
SES 10522/2019	Solicitação de pagamento administrativo de diárias de UTI no valor de R\$ 18.611,36	Hospital Nossa Senhora da Conceição	Tubarão	Considerado improcedente o pedido, tendo em vista que não houve autorização prévia da Central de Regulação
SES 94406/2020	Auditoria Leitos de UTI COVID	Hospital Regional do Oeste	Chapecó	Verificado que os 30 leitos de UTI estão em funcionamento, dos quais 26 estavam ocupados. Os leitos estão devidamente cadastrados no CNES e SES Leitos, com equipe compatível.

c) Notificações encaminhadas:

- ADR17 1981/2020 – Hospital Nossa Senhora da Penha/Penha
- ADR17 181/2020 – SMS de Ituporanga

d) Processos encaminhados ao Ministério Público:

- SES 94406/2020 – Hospital Regional do Oeste/Chapecó

e) AIHS Analisadas Referente às Críticas de Bloqueios Sistêmicos Efetuados no Processamento do Sistema de Informações Hospitalares Descentralizados (SIHD2) dos prestadores da 18ª Regional de Saúde – Grande Florianópolis:

Processamento Agosto/2020 (Comp. 07/2020)	Quantidade de AIHs com críticas de bloqueio
Crítica – Sobrepostas - Homônimos	1.416
Crítica – Solicitação de Liberação	356
Total	1.772

f) Atividades Externas desenvolvidas pela Equipe Central:

Não foram realizadas atividades externas.

IX) SETEMBRO DE 2020

a) Processos autuados:

Não houve.

b) Processos arquivados:

Não houve.

c) Notificações emitidas:

Destino	Processo
Hospital Universitário HU	SES 101893/2020
SES/SUR	SES 101893/2020
SMS de Joinville	SES 102497/2020

d) Advertências encaminhadas:

Não houve.

e) Encaminhamentos aos órgãos de classe:

Não houve.

f) Devoluções efetuadas referentes aos processos de auditoria em prontuários com glosas totais e/ou mudança de procedimento:

Foi devolvido R\$ 958,58 (novecentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e oito centavos). Trata-se da auditoria realizada no Hospital São Sebastião (Assistência Social São Sebastião De Anitápolis) - ref. Processo PSUS 5940/095.

g) Atividades Externas Desenvolvidas pela Equipe Central:

Município	Unidade	Tipo	Dia
Florianópolis	Hospital Florianópolis	Auditoria COVID-19	03/09/2020
Florianópolis	Hospital Universitário	Auditoria COVID-19	08/09/2020
Florianópolis	Hospital Nereu Ramos	Auditoria COVID-19	29/09/2020

h) AIHS analisadas referente às críticas de bloqueios sistêmicos efetuados no processamento do sistema de informação hospitalar descentralizado (SIHD2) dos prestadores da Coordenação Macrorregional Florianópolis:

Processamento SET 2020 (Comp. 08/2020)	Quantidade de AIHs com críticas de bloqueio
Crítica – Sobrepostas - Homônimos	2.079
Crítica – Solicitação de Liberação	508
Total	2.587

X) OUTUBRO DE 2020

a) Processos autuados:

Foi autuado **01 (um)** processo oriundo da Diretoria da SES, Equipes de Controle, Avaliação e Auditoria das Coordenações Macro, Supervisão Regional e Agências Regionais.

.b) Processos arquivados:

.Processo	.Classificação	.Prestador	.Município	.Conclusão
.62370/2019	.Auditoria no serviço de Saúde Auditiva	.AADAV - ASSOC. ASSIST. DOS DEFICIENTES Auditivos	.Jaraguá do Sul	.Auditoria realizada na Clínica AADAV aponta que a instituição não cumpre os critérios legais exigidos pelas Diretrizes de Atenção à Saúde Auditiva na Rede de Cuidados à Saúde da Pessoa com Deficiência em Santa Catarina (2018), Portaria nº 587 de 07/10/2004, Resolução CFM nº 2.217/2018 Resolução nº CFM 1.638/2002 e Termo de Compromisso de Garantia de Acesso à Assistência Ambulatorial em Saúde .Denuncia procedente. .Insrtituição advertida. .

.

c) Notificações encaminhadas:

Nº	Processo – set/20
041	SES 101860/2020
042	SES 101860/2020
043	SES 101860/2020
044	SES 102531/2020
045	SES 102466/2020
046	SES 102544/2020
047	SES 102439/2020
048	SES 101880/2020
049	SES 101880/2020

Nº	Processo – set/20
050	SES 102113/2020
051	SES 102113/2020
052	PSUS121928/2019 Auditoria 94
053	PSUS 121928/2019 Auditoria 94
054	PSUS 121928/2019 Auditoria 94
055	SES 101817/2020.
056	SES 101817/2020.
057	SES 101817/2020.
058	SES 101843/2020

d) Advertências encaminhadas:

Doc.	Destino	Processo
OF. 070	Hospital Universitário HU	SES 101893/2020

e) Encaminhamentos aos órgãos de classe:

Não Houve.

f) Devoluções efetuadas referentes aos processos de auditoria em prontuários com glosas totais e/ou mudança de procedimento:

Foi devolvido R\$ 958,58 (novecentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e oito centavos). Trata-se da auditoria realizada no Hospital São Sebastião (Assistência Social São Sebastião De Anitápolis) - ref. Processo PSUS 5940/095.

g) Atividades externas desenvolvidas pela equipe central:

Município	Unidade	Tipo	Dia
Florianópolis	Imperial Hospital de Caridade	Auditoria COVID-19	26/10/2020

h) AIHS Analisadas Referente às Críticas de Bloqueios Sistêmicos Efetuados no Processamento do Sistema de Informações Hospitalares Descentralizados (SIHD2) dos prestadores da 18ª Regional de Saúde – Grande Florianópolis:

Processamento Outubro 2020 (Comp. 09/2020)	Quantidade de AIHs com críticas de bloqueio
Crítica – Sobrepostas - Homônimos	2.241
Crítica – Solicitação de Liberação	520
Total	2.761

XI) NOVEMBRO DE 2020

a) Notificações encaminhadas:

Destino	Processo
Hospital Regional SP - ASSEC	SES 101984/2020
Hospital Universitário Pequeno Anjo	SES 101898/2020
Macrorregional de Saúde da Foz do Rio Itajaí	SES 101898/2020
Hospital Materno Infantil Seara do Bem	SES 102317/2020
Hospital Cirúrgico de Camboriú	ADR17 2149/2020
Macrorregional de Saúde da Foz do Rio Itajaí	ADR17 2149/2020
Secretaria Municipal da Saúde de Porto Belo	ADR17 2149/2020
Secretaria Municipal da Saúde de Camboriu	ADR17 2149/2020
Hospital Regional do Oeste	SES 101973/2020
Imperial Hospital de Caridade	SES 101856/2020
Superintendência de Serviços Especializados e Regulação - SES/SUR	SES 101856/2020
Secretaria Municipal da Saúde de Florianópolis	SES 101856/2020
Gerência de Contratualização dos Serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) - SES/GECOS	SES 101856/2020

b) Advertência(s) encaminha(s):

Doc.	Destino	Processo
OF. 076	SMS Ituporanga	SES 151144/2019

c) Devolução efetuada referente aos processos de auditoria em prontuários com glosas totais e/ou mudança de procedimento:

Foi devolvido R\$ 958,58 (novecentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e oito centavos). Trata-se da auditoria realizada no Hospital São Sebastião (Assistência Social São Sebastião De Anitápolis) - ref. Processo PSUS 5940/095.

d) AIHS Analisadas Referente às Críticas de Bloqueios Sistêmicos Efetuados no Processamento do Sistema de Informações Hospitalares Descentralizados (SIHD2) dos prestadores da 18ª Regional de Saúde – Grande Florianópolis

Processamento Novembro 2020 (Comp. 10/2020)	Quantidade de AIHs com críticas de bloqueio
Crítica – Sobrepostas - Homônimos	2.230
Crítica – Solicitação de Liberação	519
Total	2.749

XII) DEZEMBRO DE 2020

a) Processos Autuados

Não houve.

b) Processos Arquivados

Processo	Classificação	Prestador	Município	Conclusão
SES 00102113/2020	PANDEMIA CORONAVIRUS - COVID19	HOSPITAL E MATERNIDADE DE TEREZA RAMOS	LAGES/SC	Auditoria referente aos leitos COVID19. Auditoria realizada <i>in loco</i> em 01/09/2020 pela ECAA de Lages. Encaminhado Notificação n.º 050/2020 a SUH, para manifestação formal e defesa acerca das constatações n.º 4 e 6 apontadas como “não conformes”. Encaminhado Notificação n.º 051/2020 a

				Direção do Hospital para defesa das constatações “não conforme”. Encaminhado CI 201/2020/COAUD à DHTR; CI 202/COAUD à SUH e CI 203/2020/COAUD ao GABS; encaminhando cópia do Relatório Final de Auditoria.
SES 00102466/2020	PANDEMIA CORONAVIRU S - COVID19	HOSPITAL BETHESDA	JOINVILLE /SC	Auditoria realizada nos leitos COVID19. Realizada a auditoria “<i>in loco</i>” no dia 16/09/2020. Elaborado Relatório Preliminar Encaminhado Notificação 045/2020 em 14/10/2020 ao Hospital, em anexo, cópia do Relatório Preliminar para justificativas das constatações "Não Conforme". Em 27/10/2020 - Elaborado Relatório Conclusivo.
SES 00102497/2020	PANDEMIA CORONAVIRU S - COVID19	HOSPITAL REGIONAL HANS DIETER SCHMIDT	JOINVILLE /SC	Auditoria referente aos leitos COVID19. Auditoria realizada in loco em 02/09/2020 pela ECAA de Joinville. Encaminhado Notificação n.º 040/2020 a Secretaria Municipal de Saúde, para manifestação formal e defesa acerca das constatações apontadas como “não conformes”; Encaminhado cópia do Relatório Final de Auditoria ao GABS e SUH.
SES 00102531/2020	PANDEMIA CORONAVIRU S - COVID19	HOSPITAL SÃO JOSÉ	CRICIÚMA/ SC	Auditoria referente aos leitos COVID19. Realizada a auditoria “<i>in loco</i>” no dia 01/09/2020. Elaborado Relatório Preliminar. Encaminhado Notificação 044/2020 em 02/10/2020 ao Hospital. Para justificativas das constatações "Não Conforme". Em 04/11/2020 Elaborado Relatório Conclusivo.

c) Notificações encaminhadas:

Destino	Processo
SMS de Balneário Camboriú	Processo SES 097485/2019
Hospital Nossa Senhora da Conceição (Tubarão)	Processo SES 102527/2020

d) Advertência(s) encaminhadas:

Doc.	Destino	Processo
OF. 087	Hospital Nossa Senhora da Penha Ltda	ADR17 1981/2020
OF. 102	Hospital Infantil Pequeno Anjo	SES 101898/2020

e) Encaminhamentos aos órgãos de classe:

Interessado	Referência	Data
CREMESC	ADR17 1981/2020	09/12/2020
COREN	SES 127464/2019	21/12/2020
COREN	PSES 101898/2020	28/12/2020

f) Devoluções efetuadas referente aos processos de auditoria em prontuários com glosas totais e/ou mudança de procedimento:

Foi devolvido R\$ 958,58 (novecentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e oito centavos). Trata-se da auditoria realizada no Hospital São Sebastião (Assistência Social São Sebastião De Anitápolis) - ref. Processo PSUS 5940/095.

g) Atividades externas desenvolvidas pela equipe central:

Não Houve.

h) AIHS analisadas referente às críticas de bloqueios sistêmicos efetuados no processamento do sistema de informação hospitalar descentralizado (SIHD2) dos prestadores da Coordenação Macrorregional Florianópolis:

Processamento Dezembro 2020 (Comp. 11/2020)	Quantidade de AIHs com críticas de bloqueio
Crítica – Sobrepostas - Homônimos	2.189
Crítica – Solicitação de Liberação	490
Total	2.679

7.0. CORONAVIRUS COVID-19

Em 29 de janeiro de 2020 ocorre a primeira reunião sobre coronavírus no Gabinete do Secretário de Estado da Saúde. E deu-se início ao monitoramento dos casos suspeitos no estado de Santa Catarina.

Em 20 de fevereiro foi elaborado o Plano de Enfrentamento ao COVID-19.

Abastecimento às unidades de atendimento à saúde de materiais e equipamentos para enfrentamento à pandemia coronavírus.

Em 12 de março de 2020 foi registrado o 1º caso de COVID-19 em Santa Catarina. Nesta mesma data ocorre a instituição do Centro de Operação em Emergências em Saúde (COES), através da Portaria GAB/SES 179/2020.

Em 17 de março foi declarada situação de emergência em todo território catarinense, por meio do Decreto 515/2020. E a suspensão, em todo território catarinense, do ensino de educação infantil, fundamental, médio, superior, técnico na rede pública e privada; eventos e atividades com aglomeração e eventos esportivos. Suspensão da circulação de veículo de transporte coletivo urbano municipal, intermunicipal e interestadual; atividades e serviços privados não essenciais (academias, shopping, restaurantes, bares, cafés e similares, e comércio em geral); atividades e serviços públicos não essenciais; entrada de novos hóspedes no setor hoteleiro; eventos e reuniões de qualquer natureza (excursões, missas e cultos religiosos); indústria com capacidade mínima necessária quando identificado casos de contágio comunitário na região.

Em 19 de março foi decretado a proibição da circulação e do ingresso de veículos de transporte coletivo de passageiros interestadual ou internacional público e privado e de veículos de fretamento para o transporte de pessoas; e proibição da concentração e permanência de pessoas em parques, praças e praias.

Em 20 de março de 2020 foi declarada a transmissão comunitária da Doença pelo Coronavírus 2019 (COVID-19) em todo o território nacional.

Em 23 de março ocorreu a suspensão das atividades em academias, clubes, cinemas, teatros, casas noturnas, shows e espetáculos.

No dia 25 de março foi registrado o primeiro óbito por coronavírus em Santa Catarina.

Em 07 de abril ocorreu a suspensão dos procedimentos eletivos ambulatoriais de média e alta complexidade, com exceção oncologia, TRS e pré-natal.

Em 17 de abril foi declarado estado de calamidade pública em todo o território catarinense.

No final do mês de abril iniciou a retomada gradual de todas as atividades suspensas, considerando a cenário epidemiológico enfrentado; exceto atividades escolares, transporte interestadual, eventos esportivos, atividades em cinemas, teatros, casas noturnas, museus, parques temáticos, bem como, a realização de eventos, shows e espetáculos que acarretam reunião de público.

Em maio ocorre a habilitação de 125 novos leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) para o atendimento a pacientes Covid-19 em Santa Catarina. E nesta mesma data ocorre a publicação da Portaria GAB/SES nº 348, que mantém a proibição de aglomeração de pessoas em qualquer ambiente, seja público ou privado, interno ou externo, para a realização de atividades de qualquer natureza.

E em junho o Governo do Estado decreta estratégia regionalizada em parceria com os municípios para o enfrentamento à pandemia. Neste mesmo mês Santa Catarina teve o melhor desempenho do Brasil no enfrentamento à pandemia do novo coronavírus, segundo o Ranking Covid-19 dos Estados, divulgado pelo Centro de Liderança Pública (CLP).

Também até o mês junho foram ativados 500 novos leitos de UTI em Santa Catarina, o que representou mais de 60% da capacidade hospitalar instalada pré-existente.

Em 03 de julho a Secretaria de Estado da Saúde (SES) publicou a Portaria Nº 464 que instituiu o Programa de Descentralização e Regionalização das Ações de Combate à Covid-19. Programa este que trata de um conjunto de ferramentas digitais de análise de dados e de mecanismos jurídicos para a tomada de decisão, no sentido de flexibilizar ou restringir as atividades sociais e econômicas, de forma gradual, progressiva e regionalizada. Neste mesmo mês o Estado abriu edital para contratação de hotéis para isolamento de servidores que atuam na linha de frente. E a ativação de mais 70 novos leitos de UTI para atender aos pacientes em estado grave da doença.

Neste mesmo mês Santa Catarina foi o primeiro estado do país a buscar a vigilância ativa e realizar inquérito autorreferido de síndrome gripal nas comunidades, com auxílio direto da atenção primária à saúde municipal.

Em agosto o Governo do Estado autorizou o transporte coletivo interestadual de passageiros. Recebeu a habilitação de 63 novos leitos de UTI, chegando a 1.183 leitos. Santa Catarina foi destaque na recuperação de pessoas com Covid-19. O estado apresentou taxas acima da média nacional de pacientes internados com confirmação de infecção por coronavírus e que se recuperam da doença. E a retomada do transporte coletivo intermunicipal urbano e rodoviário de passageiros.

O Laboratório Central de Saúde Pública de Santa Catarina (Lacen), em Florianópolis, atingiu, na segunda quinzena de agosto a marca de 110 mil exames de RT-PCR para detecção da Covid-19, realizados pelo SUS.

Santa Catarina vêm trabalhando no esforço de enfrentamento a pandemia por coronavírus. Destaca-se que o esforço antecipado do Governo de Santa Catarina em implementar medidas de distanciamento e isolamento social e expandir em 70% a oferta de leitos de UTI está salvando vidas. O Estado tem a menor taxa de letalidade do Brasil, em agosto 2020.

Santa Catarina é destaque na recuperação de pessoas com Covid-19. O Estado apresenta taxas acima da média nacional de pacientes internados com confirmação de infecção por coronavírus e que se recuperam da doença. De acordo com dados do Ministério da Saúde, 66,3% das internações em hospitais catarinenses por Covid-19 evoluem para a cura, frente à média nacional de 59,1%.

O Estado apresentou, em setembro, uma trajetória de queda no número diário de mortes decorrentes do coronavírus. A média dos últimos sete dias é de 23 óbitos. A taxa de letalidade catarinense, de 1,27%, é a menor do Brasil e está abaixo da maioria dos países desenvolvidos.

Em setembro, o Governo do Estado finalizou o Plano de Contingência Estadual para Educação com o objetivo de preparar as instituições de ensino para o retorno às atividades presenciais em Santa Catarina. O documento foi detalhado para a comunidade escolar, em uma transmissão on-line. O retorno dependerá da evolução da

doença no Estado, e iniciará com alunos do terceiro ano do Ensino Médio e por estudantes com maior dificuldade em assimilar o conteúdo letivo.

A Secretaria de Estado da Saúde (SES) trouxe ainda mais transparência em relação à aplicação de recursos para o combate à pandemia de Covid-19, lançando uma ferramenta para que a população possa consultar os valores investidos pelo Governo do Estado nos hospitais catarinenses, no site da SES.

Ainda no mês de setembro foi publicada a Portaria SES nº 744, de 25.09.2020, que estabelece critérios para o funcionamento monitorado de casas noturnas, boates, pubs, casas de shows e afins nas regiões que estiverem no Risco Potencial Moderado (representado na matriz de avaliação com a cor azul) e apenas com 50% do público permitido pelo Corpo de Bombeiros Militar. As outras áreas de risco – Gravíssimo (cor vermelha), Grave (cor laranja) e Alto (cor amarela) permanecem com funcionamento proibido.

No mês de outubro foi publicada a Portaria 824, de 27/10/2020, que define os cuidados e as regras de conduta para o enfrentamento da Covid-19 nas eleições municipais.

Em novembro a SES promoveu, em parceria com o Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Santa Catarina (Cosems/SC), Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), Curso virtual para profissionais de saúde da Atenção Primária para enfrentamento COVID – 19. O curso virtual qualificou cerca de 500 profissionais, que servirão como multiplicadores no enfrentamento à Covid-19.

Em continuidade as ações de educação permanente a Secretaria de Estado participou do Projeto de comunicação digital entre familiares e pacientes com COVID - 19 em hospitais da rede pública em SC. Foram oito hospitais da rede pública, indicados pelo Ministério da Saúde, que participaram do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do SUS, em Santa Catarina, por meio do Projeto Conectando Vidas do Hospital Sírio Libanês. Neste programa, o paciente com Covid-19 consegue ter comunicação facilitada com seus familiares, além de contar com boletins médicos virtuais.

A Secretaria de Estado da Saúde (SES) instituiu quatro pilares para o enfrentamento da Covid-19 no território catarinense. Dando eles: à Manutenção das Estruturas de UTI

Covid-19, as Campanhas Publicitárias, a Abordagem dos Pacientes na Atenção Primária da Rede SUS e a Fiscalização e Vigilância são as estruturas que foram implantadas para fortalecer o combate ao novo coronavírus.

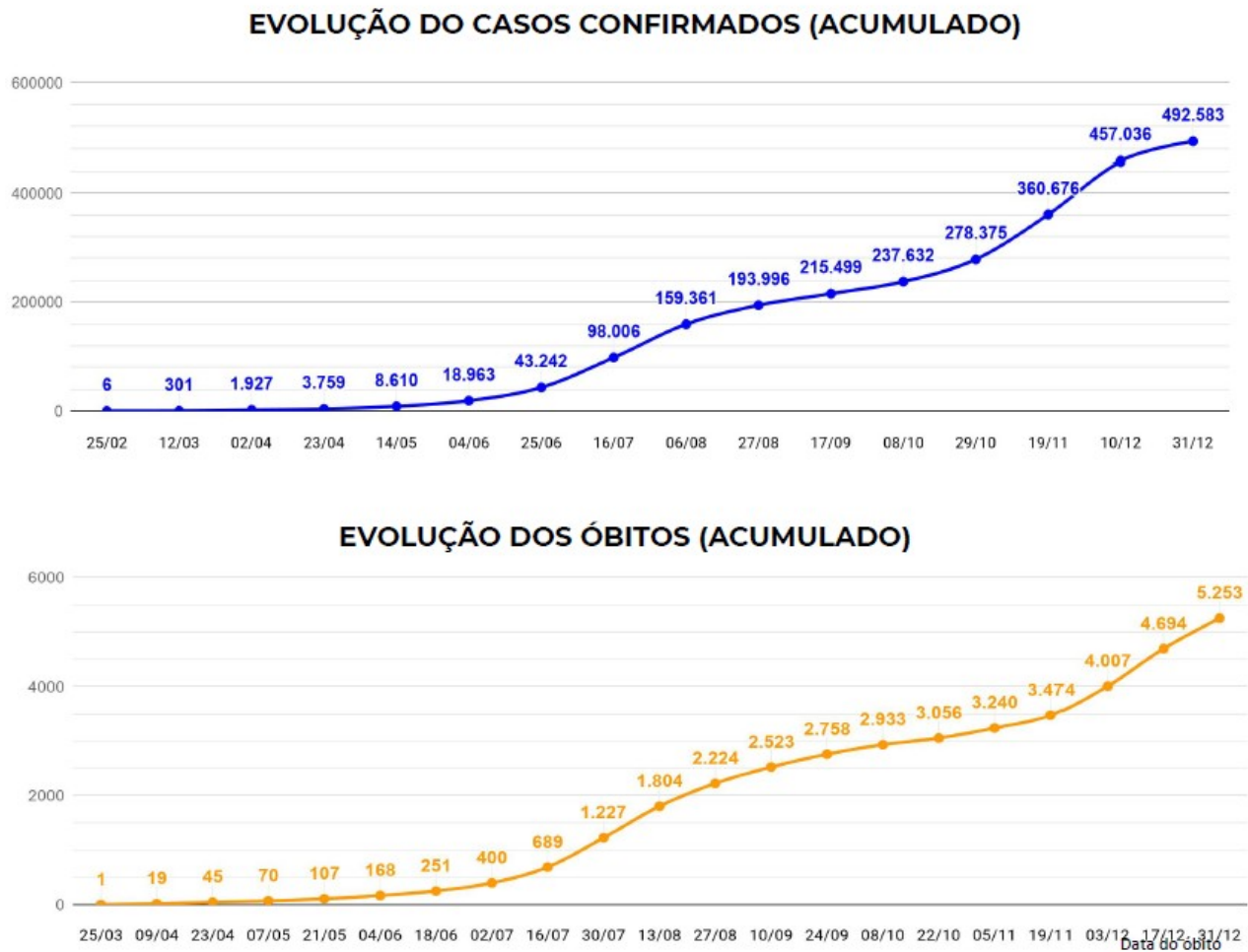
No mês de dezembro o Governo lançou o Plano Estadual de Vacinação contra COVID. O trabalho de imunização da população catarinense ocorrerá em consonância com o Governo Federal e os municípios e pretende vacinar 2,8 milhões de pessoas dos grupos prioritários em um primeiro momento.

O Governo do Estado conquistou a habilitação de 353 novos leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) para tratamento de adultos com Covid-19 e manutenção dos já existentes.

A seguir apresentamos o cenário epidemiológico de Santa Catarina em 31 de dezembro de 2020.

7.1. Cenário epidemiológico de Santa Catarina em 31 de dezembro de 2020.

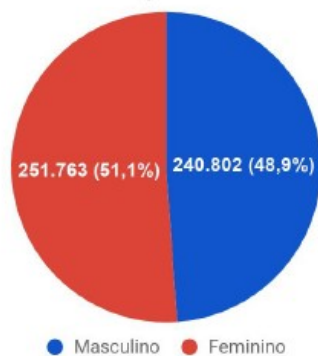
I) Evolução dos casos confirmados e óbitos no Estado



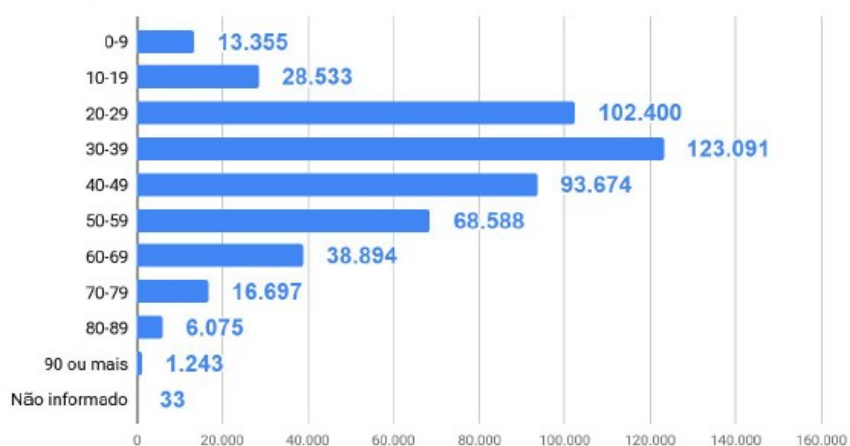
Fonte: Boletim Epidemiológico Coronavírus de 31/12/2020.

II) Detalhamento Dos Casos Confirmados E Óbitos no Estado

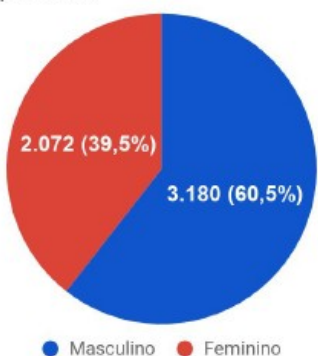
Casos confirmados por sexo



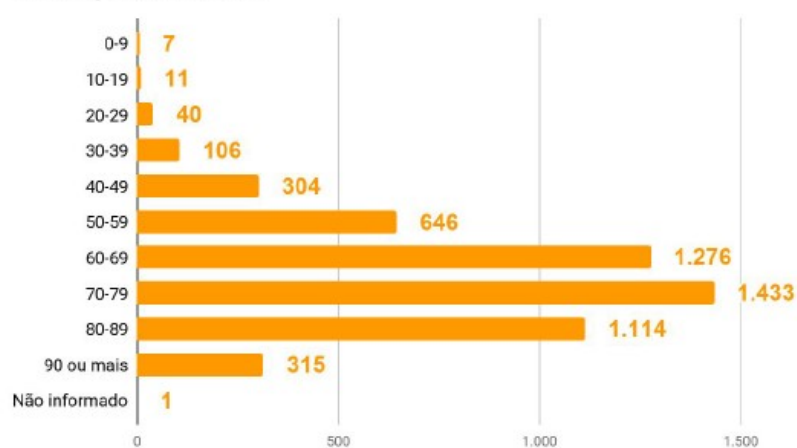
Casos por faixa etária



Óbitos por sexo



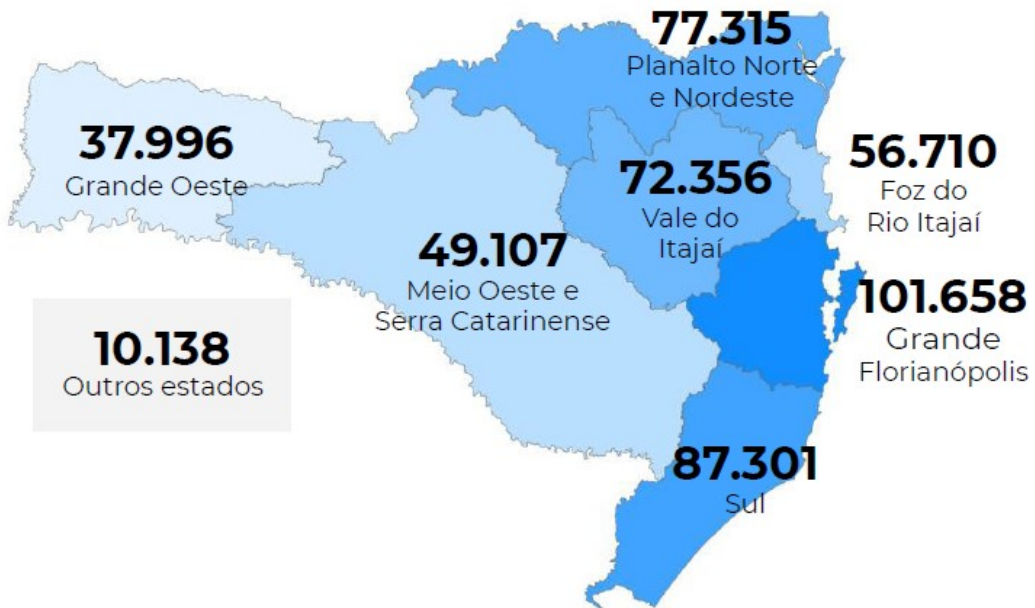
Óbitos por faixa etária



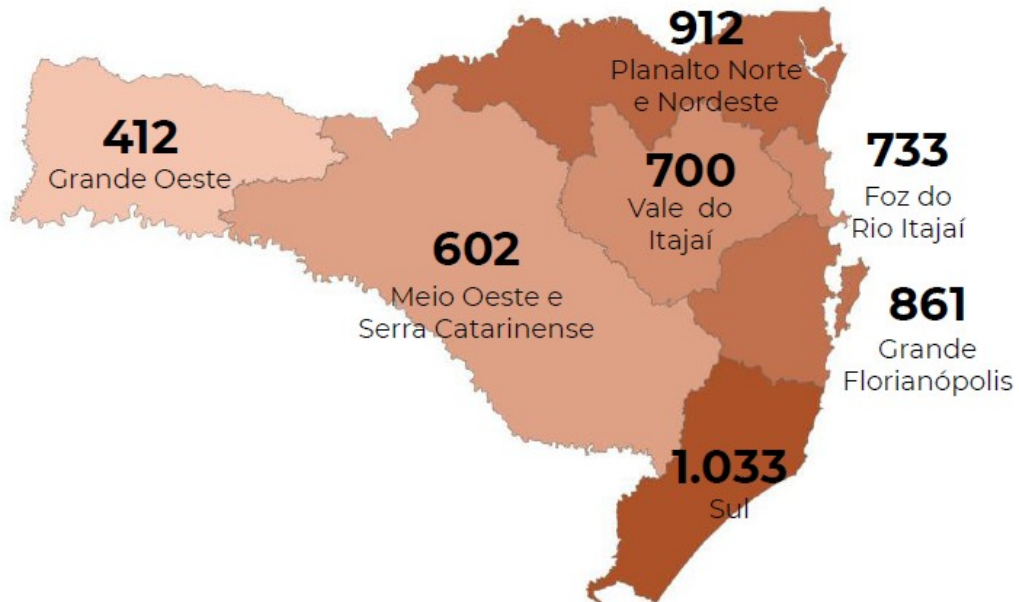
Fonte: Boletim Epidemiológico Coronavírus de 31/12/2020.

III) Distribuição de casos confirmados e óbitos por macrorregião de saúde no Estado

CASOS CONFIRMADOS POR MACRORREGIÃO DE SAÚDE



ÓBITOS POR MACRORREGIÃO DE SAÚDE



Fonte: Boletim Epidemiológico Coronavírus de 31/12/2020.

IV) Mortalidade e taxa de letalidade comparativo entre as Unidades da Federação

MORTALIDADE POR MILHÃO DE HABITANTES

MG	548,7
BA	610,0
MA	634,3
PR	683,1
SC	720,3
AL	741,6
RS	762,9
TO	781,4
MS	816,8
PA	831,0
RN	846,9
PI	861,8
AC	896,9
PB	907,6
GO	967,3
RO	1.004,4
PE	1.005,7
SP	1.006,0
SE	1.073,7
AP	1.079,5
CE	1.091,0
ES	1.251,7
AM	1.262,4
MT	1.269,6
RR	1.276,1
DF	1.406,5
RJ	1.452,5

TAXA DE LETALIDADE

SC	1,06%
RR	1,13%
AP	1,35%
TO	1,37%
DF	1,69%
MS	1,73%
BA	1,86%
RO	1,89%
PR	1,91%
AC	1,92%
RS	1,98%
PI	2,00%
ES	2,06%
MG	2,19%
GO	2,21%
PB	2,22%
SE	2,23%
MA	2,24%
AL	2,38%
PA	2,45%
MT	2,49%
RN	2,57%
AM	2,64%
CE	3,01%
SP	3,21%
PE	4,41%
RJ	5,88%

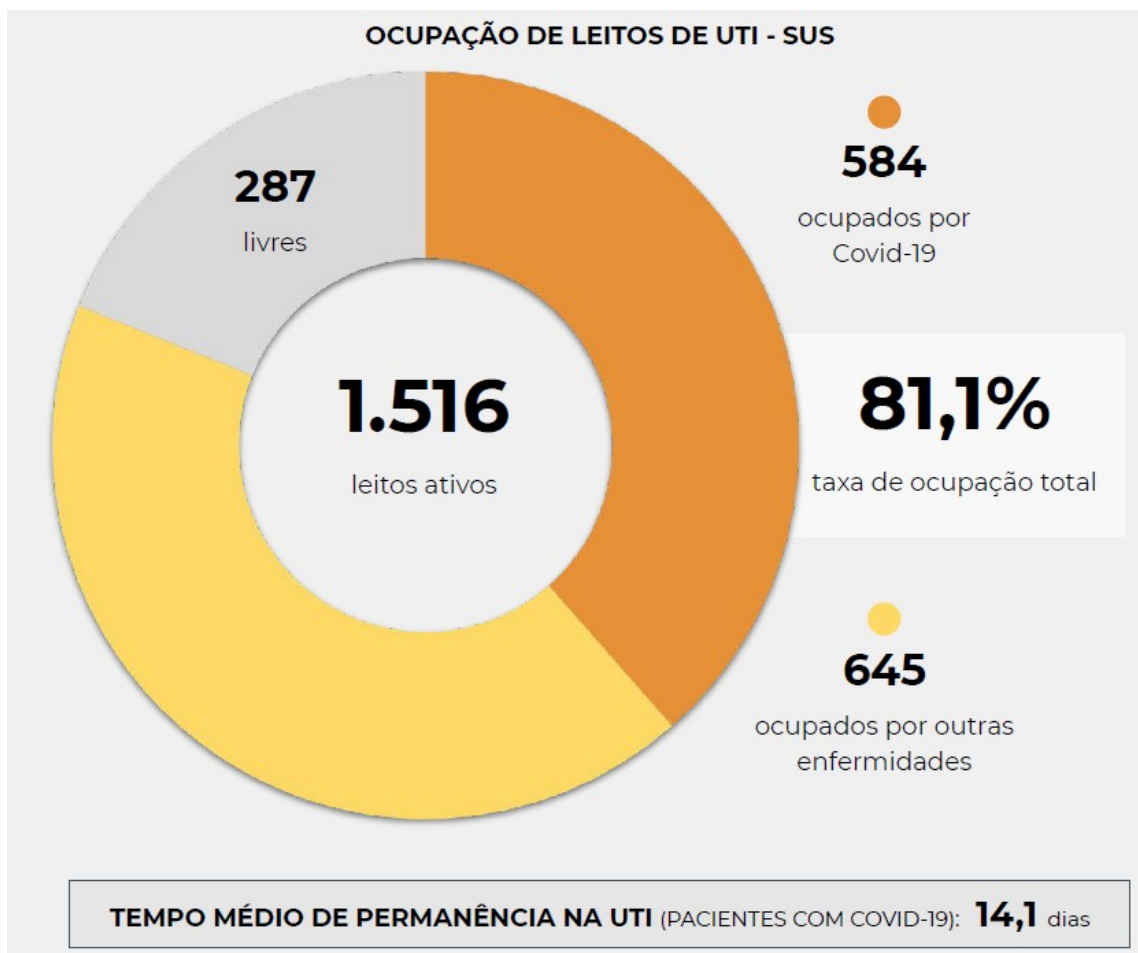
Fonte: Boletim Epidemiológico Coronavírus de 31/12/2020.

V) Ocupação de leitos de UTI – rede SUS e privada

OCUPAÇÃO DE LEITOS DE UTI (SUS E REDE PRIVADA)

	SUS			REDE PRIVADA			TOTAL		
	Confirmados	Suspeitos	Total	Confirmados	Suspeitos	Total	Confirmados	Suspeitos	TOTAL
Internações em UTI	500	84	584	90	13	103	590	97	687
Ventilação mecânica	253	20	273	67	3	70	320	23	343

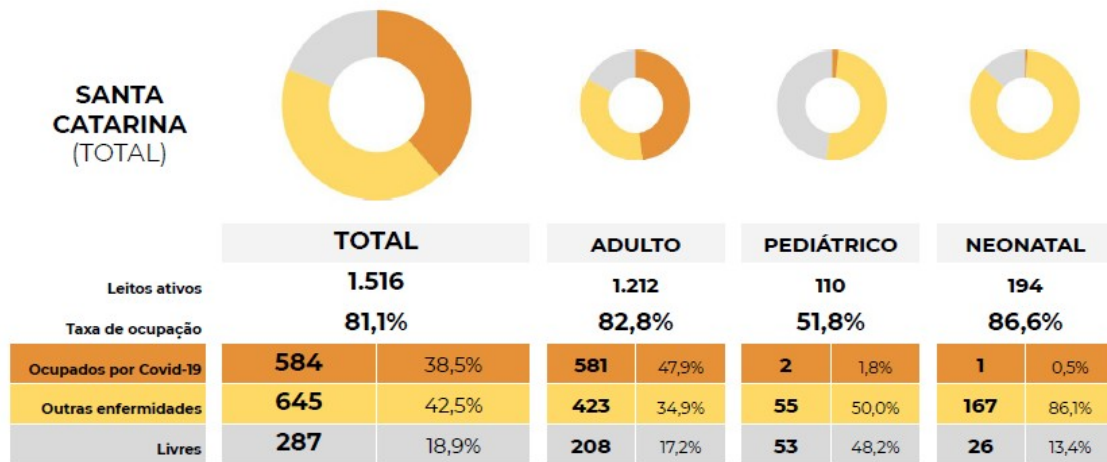
a) Ocupação de leitos de UTI – SUS e média de permanência em dias



Fonte: Boletim Epidemiológico Coronavírus de 31/01/2020.

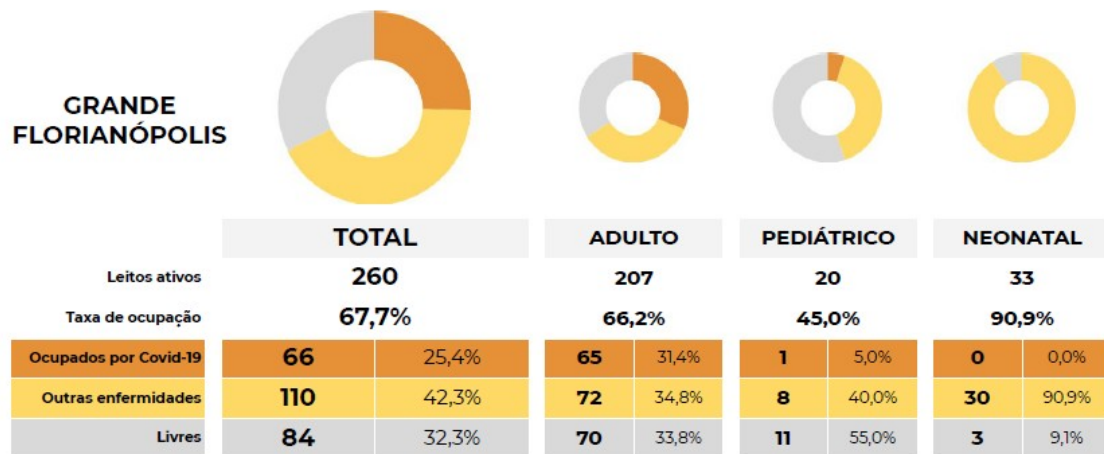
VI) Ocupação de leitos de UTI na rede SUS total e por macrorregião de saúde

a) Ocupação de leitos SUS Total



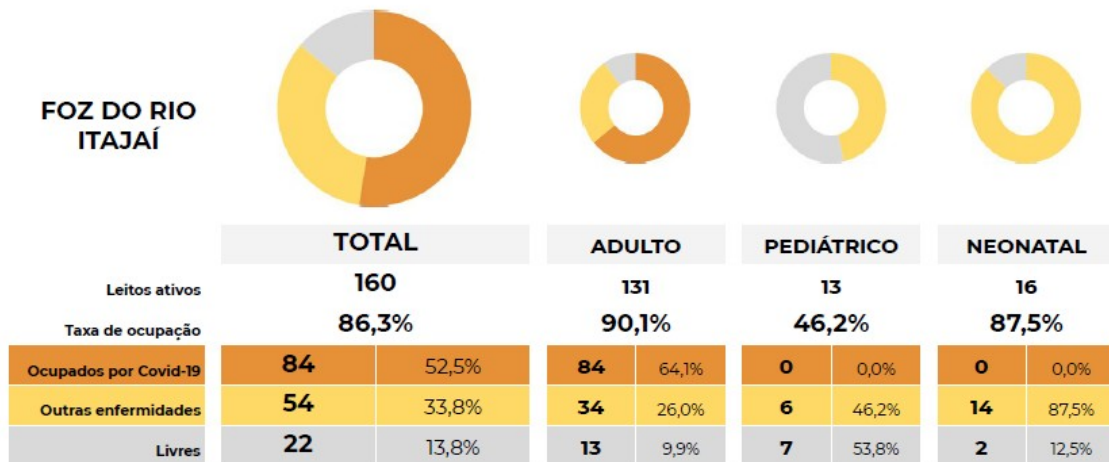
Fonte: Boletim Epidemiológico Coronavírus de 31/12/2020.

b) Ocupação de leitos SUS na Grande Florianópolis



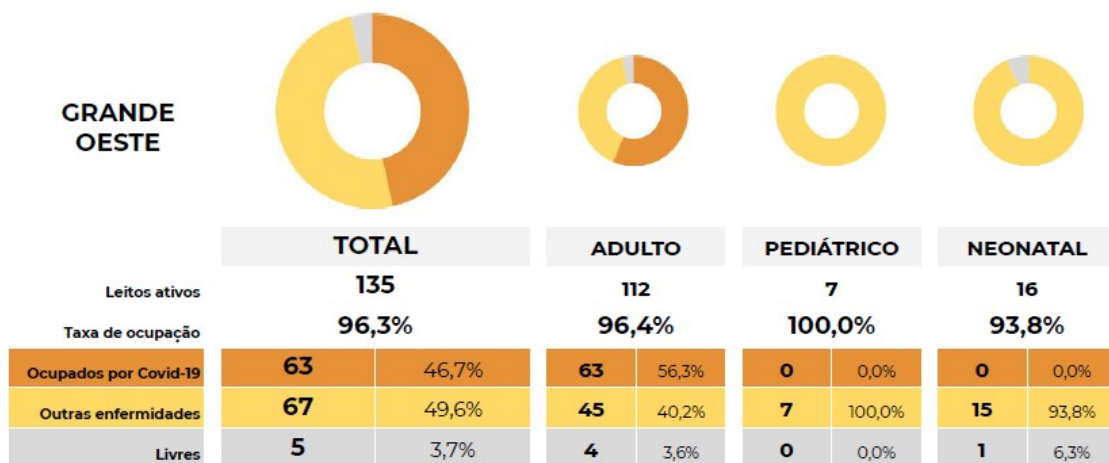
Fonte: Boletim Epidemiológico Coronavírus de 31/12/2020.

c) Ocupação de leitos SUS na foz do Rio Itajaí



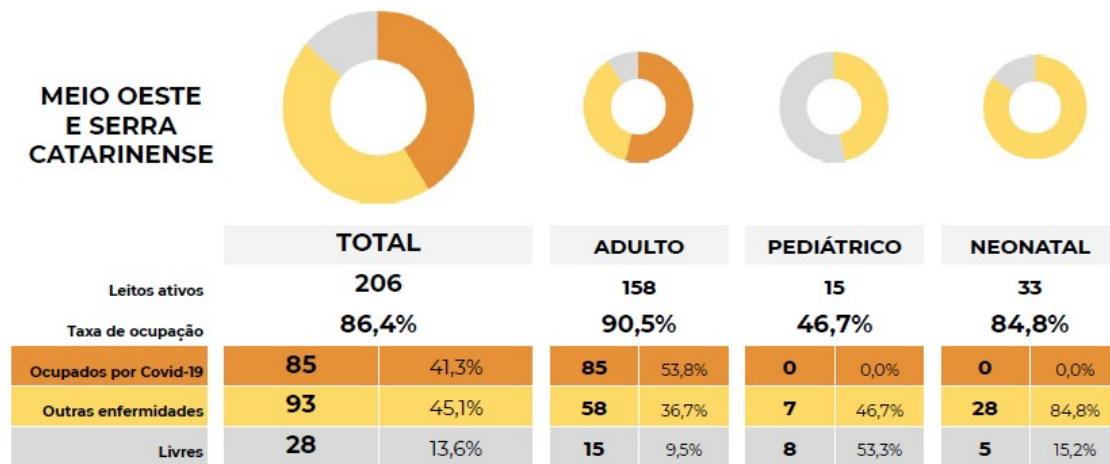
Fonte: Boletim Epidemiológico Coronavírus de 31/12/2020.

d) Ocupação de leitos SUS no Grande Oeste



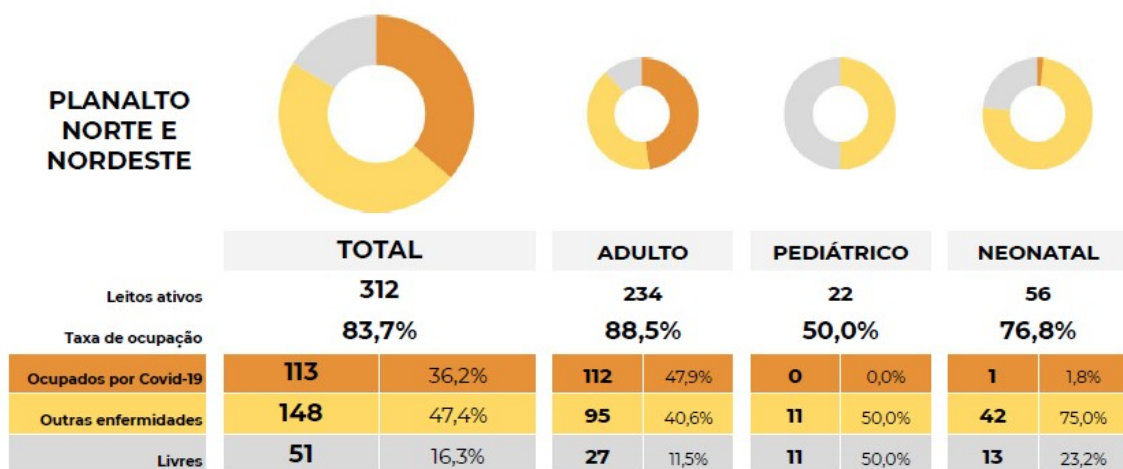
Fonte: Boletim Epidemiológico Coronavírus de 31/12/2020.

e) Ocupação de leitos SUS no Meio Oeste e Serra Catarinense



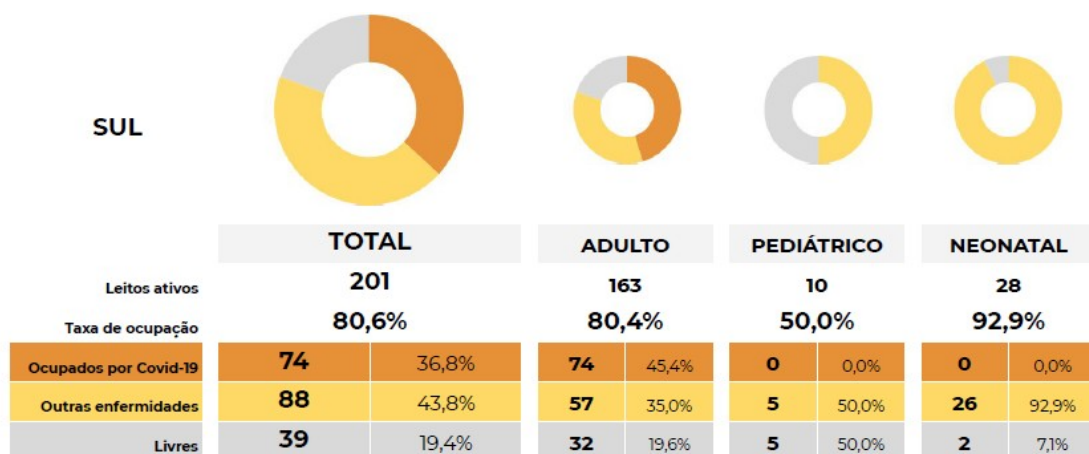
Fonte: Boletim Epidemiológico Coronavírus de 31/12/2020.

f) Ocupação de leitos SUS no Planalto Norte e Nordeste



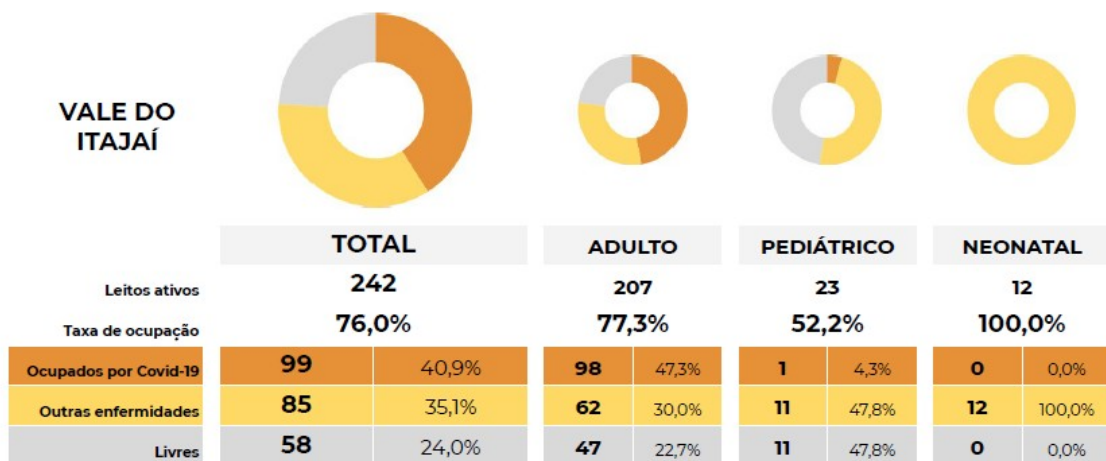
Fonte: Boletim Epidemiológico Coronavírus de 31/12/2020.

g) Ocupação de leitos SUS no Sul



Fonte: Boletim Epidemiológico Coronavírus de 31/12/2020.

h) Ocupação de leitos SUS no Vale do Itajaí



Fonte: Boletim Epidemiológico Coronavírus de 31/12/2020.

7.2. Recursos Financeiros COVID

I) Recursos Financeiros Federais recebidos, que estão sob Gestão Estadual, até 31/12/2020. Consulta ao Fundo Nacional de Saúde – repasse Fundo a Fundo – Repasse Estadual, por Portaria.

Portarias	Valor (R\$)
Portaria 395, de 16/03/2020	14.532.386,00
Portaria 774, de 09/04/2020	44.368.332,59
Portaria 827, 15/04/2020	314.824,85
Portaria 1.393, de 21/05/2020	12.085.843,84
Portaria 1.448, de 29/05/2020	45.487.455,96
Portaria 1.666, de 01/07/2020	73.675.000,00
Portaria 2.222, de 25/08/2020	60.000,00
Portaria 2.625, de 28/09/2020	2.250.000,00
Portaria 2.782, 14/10/2020	500.000,00
Portaria 2.624, de 28/09/2020	4.900.000,00
Portaria 3.717, 22/12/2020	10.500.000,00
Portarias habilitação de leitos	80.764.879,20
TOTAL	289.438.722,44

Fonte: Fundo Nacional de Saúde – FNS.

III) Despesas Empenhadas, Liquidadas e Pagas no complemento coronavírus, por fonte de recurso

Agrupamento	Empenhado	Liquidado	% Liquidado	Pago	% Pago
0.1.00. Recursos do Tesouro + doação da ALESC	300.544.428,42	284.606.845,31	94,70	281.722.934,06	98,99
0.2.23 Transferência Fundo a Fundo – Federal	184.106.029,96	146.523.683,02	79,59	135.857.508,84	92,72
0.2.28 Convênios Destinados a Saúde + doação do TJ	9.967.869,20	5.243.460,07	52,60	5.243.460,07	100,00
0.2.29 Outras Transferências + doação do Tribunal de Contas	3.216.157,20	3.154.281,20	98,08	3.154.281,20	100,00
0.2.69 Outros recursos primários – exercício corrente	3.193.100,00	3.193.100,00	100,00	3.193.100,00	100,00
0.3.00 Recursos do Tesouro - exercícios anteriores	19.742.654,20	19.223.654,20	97,37	19.223.654,20	100,00
0.3.19 Recursos do Tesouro – outras taxas - exercícios anteriores	107.503,13	106.933,13	99,47	106.933,13	100,00
0.3.91 Superávit – exercícios anteriores	450.800,00	450.800,00	100,00	450.800,00	100,00
0.6.23 Transferência Federal – exercícios anteriores	837.829,70	729.479,17	87,07	729.479,17	100,00
Total	522.166.371,81	463.232.236,10	88,71	449.682.150,67	97,07

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/SC

8.0. PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE

O monitoramento dos objetivos e metas propostas no PES 2020-2023 é realizado quadrimestralmente através da Programação Anual de Saúde e o instrumento utilizado para este fim é Planilha de Monitoramento. Esta planilha foi construída ao longo do ano de 2019, no processo do Planejamento Estratégico da SES e aprovada pelo Conselho Estadual de Saúde. O monitoramento permite acompanhar a evolução dos objetivos, indicadores e metas propostas, verificando se estão sendo executados conforme planejado e se estão tendo os resultados esperados sobre a população.

No documento em anexo são apresentadas as Diretrizes, Objetivos, Indicadores e Metas do Plano Estadual de Saúde 2020-2023, e os resultados alcançados no 3º Quadrimestre de 2020, bem como, as ações realizadas para o alcance dos resultados. Salientamos que para avaliação do atingimento da meta anual, deve-se acompanhar o resultado que será apresentado no Relatório Anual de Gestão 2020.

A gestão da Secretaria de Estado da Saúde é norteadada por seus principais instrumentos de planejamento: o Plano Estadual de Saúde (PES), a Programação anual de Saúde (PAS), o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual. As metas definidas para o período 2020-2023 são detalhadas anualmente, por meio da Programação Anual de Saúde (PAS), e acompanhadas quadrimestralmente, na busca por constantes aperfeiçoamentos na execução dos programas e das políticas de saúde. Esse acompanhamento revela que, ao longo de 2020, mais da metade (70,96%) das metas apontam desempenho superior a 76% de execução. Dos 93 indicadores monitorados 48 (51,61%) apontam desempenho igual ou superior a 100% de execução.

O acompanhamento constante, que ocorre não apenas na execução física, mas também no nível orçamentário, tem possibilitado à gestão da SES o alcance de importantes avanços na execução das políticas de saúde.

Para a avaliação do percentual de alcance das metas pactuadas para o ano de 2020, provenientes do Plano Estadual de Saúde 2020-2023, definiram-se diferentes abordagens avaliativas, conforme quadro abaixo:

Tabela 21. Abordagem avaliativa, por cores, dos resultados alcançados na PAS 2020, para cada meta planejada, segundo percentual de alcance.

Descrição	Categorias	Percentual de Alcance da Meta
Mede qualitativamente e quantitativamente o grau de alcance/ realização das metas do PES para o ano de 2020.	Realizada Plenamente	≥100%
	Realizada	76 a 99%
	Realizada de forma intermediária	26 a 75%
	Realizada de forma incipiente	1 a 25%
	Não realizada	0,00%
Mede as razões que justificaram o abandono das metas planejadas para 2020	Por adaptação do novo cenário	
	Por dificuldades de avaliação prévia da viabilidade de mensuração	

Como resultado na perspectiva Sociedade podemos observar que foram monitorados 15 indicadores. Para cada indicador monitorado pactuou-se uma meta para o ano de 2020. Do total de indicadores nesta perspectiva, 11 deles foram alcançados 100% ou mais da meta pactuada. Dois indicadores com percentual de alcance entre 76 a 99% e dois entre 26 a 75%. A tabela 22 mostra os indicadores monitorados, o resultado alcançado e a abordagem avaliativa por cores.

Tabela 22. Resultados Alcançados na Perspectiva Sociedade, considerando a meta planejada, o resultado alcançado e a abordagem avaliativa por cores.

PERSPECTIVA	META 2020	Resultado Alcançado 2020
Sociedade	Reduzir a taxa de mortalidade infantil para 9,8	9,43
	Reduzir a mortalidade materna para 28 casos	23
	Reduzir a taxa de mortalidade por causas externas (por acidentes de trânsito) para 19,40	19,00
	Reduzir a taxa de mortalidade por causas: cardiovasculares, neoplasias, diabetes e respiratórias crônicas para 307,65	288,10
	Reduzir para 23 minutos o tempo resposta de atendimento das Unidades de Suporte Avançado Pré- Hospitalar Móvel	00:30:33
	Reduzir para 23 min minutos o tempo resposta de atendimento das Unidades de Suporte Avançado Pré- Hospitalar Móvel	00:28:16
	Reduzir para 38,95 o percentual de ICSAP	37,48%
	Realizar 137 ações de VISAT nos três ramos produtivos com índices de acidentes mais elevados em SC de acordo com o Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho	234
	Aumentar a habilitação municipal ao PNAISP para 19 municípios	17
	Ações intra e intersectoriais desenvolvidas à populações específicas	20
	Populações expostas a agrotóxicos: Mínimo de 400 notificações de intoxicação exógena por agrotóxicos anuais no SINAN NET.	451
	Uma (01) nova especialidade ao ano com teleconsultoria compulsória sendo regulada pela Central Estadual de Regulação Ambulatorial.	1
	Reduzir para 50% o total de pacientes aguardando a realização de consultas a mais de 365 dias	48,40%
	Reduzir para 70% o total de pacientes aguardando a realização de exames a mais de 180 dias	64,30%
	Reduzir para 36,20 o percentual de pacientes que aguardam na fila a mais de 12 meses	50,03%

Ao analisarmos a perspectiva Gestão podemos observar que foram monitorados 27 indicadores, ao longo do ano de 2020. Como resultado obtido constatamos que mais de 50% das metas planejadas foram plenamente realizadas, ou seja, o percentual de alcance da meta foi igual ou superior à 100%. E 01 meta foi abandonada por dificuldade de avaliação prévia da viabilidade de mensuração.

Apresentamos, a seguir, a tabela 23 com as metas planejadas e os resultados alcançados, segundo abordagem avaliativa por cores:

Tabela 23. Resultados Alcançados na Perspectiva Gestão, considerando a meta planejada, o resultado alcançado e a abordagem avaliativa por cores.

PERSPECTIVA	META 2020	Resultado Alcançado 2020
Gestão	Duas (02) Superintendências da SES, com Planejamento Estratégico elaborado	1
	Dois (02) Planos Regionais da Macrorregião de Saúde, resultante do processo de Planejamento Regional Integrado elaborado	0
	Uma (01) Política Hospitalar Catarinense implantada sendo acompanhado através da Matriz de Avaliação	1
	Uma (01) Política de Cirurgias Eletivas implantada e sendo acompanhada por meio de indicadores	0
	Um (01) projetos elaborados colaborativamente entre VS e APS e debatidos em CT Integrada	3
	Um (01) Plano de ação para fortalecimento da ESP e integração com as demais escolas da região Sul	0
	Uma (01)) novas unidades hospitalares próprias com sub-rede de ouvidoria classificadas como atuante (pontuação 3 a 4)	0
	Substituição de até 6,3% das contratações temporárias efetuadas pela SES	0
	Alcançar 10 %de novos servidores SES certificados pelo Curso "Conhecendo o SUS e a SES-SC"	1,00%
	Cinquenta (50) alunos concluintes nos cursos ofertados pela EFOS	78
	Sessenta (60) especialistas formados pela ESP	106
	10% das Escolas da Rede Municipal e Estadual com projetos de conscientização EducaSAMU	0
	Uma (01) Escolas da SES/SC (EFOS ou ESF) com PPP atualizados	1
	Manter 100% dos Termos de Cooperação Técnica já firmados entre SES e instituições de ensino formadoras de nível técnico e superior	100,00%
	Ocupar 50 vagas na Residência de Medicina de Família e Comunidade (MFC)	56
	Instituir 08 vagas na residencia Multiprofissional	8
	100% das unidades contratualizadas conforme normas e requisitos do novo edital da SES	95,00%
	Reduzir para 19 dias entre a abertura do processo do Componente Especializado (CEAF) e sua avaliação na DIAF	16,71
	Reduzir em 5% os processos do Componente Especializado (CEAF/DIAF) devolvidos	0,00%
	Reduzir em 6,25% o número de Autorizações de Procedimento Ambulatorial (APAC) que precisam ser corrigidas por falta de atualização de sistema de gerenciamento do Componente Especializado (CEAF).	-62,40%
	98% dos municípios alimentando o Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano – SISAGUA	98,64%
	Reduzir para 3,50% o percentual de processos do Componente Especializado (CEAF) cadastrados há mais de 30 dias na unidade de origem e sem avaliação na DIAF	Dificuldades de avaliação prévia da viabilidade de mensuração
	Reduzir para 3,50 a proporção de processos do Componente Especializado (CEAF) cadastrados há mais de 30 dias na unidade de origem e sem avaliação na DIAF	0,00%
	Reduzir 3,8% dos processos judicializados, impetrados contra a SES	5,03%
	Reduzir em 35% os sequestros judiciais	52,38%
	Um (01) questionário para municípios prioritários realizando ao menos 3 (três) ações em saúde para IST voltadas para populações vulneráveis	1
	Apoiar técnica e financeiramente os 295 municípios no enfrentamento à pandemia de Coronavírus	295

Na perspectiva Financeiro do total de 07 indicadores monitorados, a meta foi plenamente realizada em 04, correspondendo a mais de 57%; duas metas foram

consideradas realizadas, com percentual de alcance de mais de 90%. E 01 meta não realizada.

Tabela 24. Resultados Alcançados na Perspectiva Financeiro, considerando a meta planejada, o resultado alcançado e a abordagem avaliativa por cores.

PERSPECTIVA	META 2020	Resultado Alcançado 2020
Financeiro	14% das receitas correntes líquidas do Estado aplicadas na Saúde	14,09%
	100% das notas de empenho associadas semanalmente	91,93%
	100% das realização físicas alimentada em tempo oportuno	96,71%
	100% dos indicadores das Unidades Hospitalares geridas por Organizações Sociais monitorados por quadrimestre a cada ano	100,00%
	Seis (06) Unidades Hospitalares + 2 Unidades de Saúde (CCR e IAP) com alvará sanitário válido	6
	Três (03) unidades hospitalares próprias (incluindo as Organizações Sociais - OS) com alvará de bombeiro válidos	0
	Dois (02) hospitais próprios da SES com plano operativo elaborado e monitorado	13

E na perspectiva Processo temos 44 indicadores monitorados, sendo que 18 foram plenamente realizados, ou seja, o percentual de alcance da meta foi igual ou superior à 100%. E 13 indicadores foram considerados realizados com percentual de alcance da meta entre 76 a 99%.

Tabela 25. Resultados Alcançados na Perspectiva Processo, considerando a meta planejada, o resultado alcançado e a abordagem avaliativa por cores.

PERSPECTIVA	META 2020	Resultado Alcançado 2020
Processo	Ampliar o percentual da população com cobertura por equipe da ESF para 81,07%	78,06%
	Ampliar a cobertura populacional estimada de saúde bucal na atenção básica para 59,15%	53,47%
	100% dos municípios com adesão ao QualificaAPS	100% de adesão
	Seis (06) hospitais da rede própria vocacionados	5
	Uma (01) macrorregião em 2020 com implantação da linha de cuidado para pessoa com doença crônica ao ano na APS	0
	Uma (01) macrorregião em 2020 com implantação da Linha de Cuidado em Saúde Mental	0
	Uma (01) macrorregião em 2020 com implantação da Linha de Cuidado Materno-infantil	1
	Uma (01) maternidade própria com Centro Parto Normal implantado	0
	Aumentar a participação nos atendimentos provenientes da atenção primária em saúde e residências em relação aos atendimentos provenientes dos Hospitais para 22%	25,06%
	Uma (01) macrorregião de saúde com Plano de Ação Regionalizado para Saúde Bucal	0
	5% dos municípios do Estado tendo aderido ao Protocolo de Enfermagem (HAS e DM, IST, Saúde da Mulher e Atenção à demanda espontânea no adulto)	55,59%
	100% dos serviços contratualizados com a SES, monitorados quanto às metas pactuadas	100,00%
	Realizar 20% das capacitações programadas no Plano Estadual de Educação Permanente	20%
	Aplicar 100% do recurso de contrapartida do Estado para o Programa de Pesquisa para o SUS (PPSUS)	100%
	Substituir 15% de computadores e notebooks	Adaptação do novo cenário
	Modernizar 01 sistemas de controle de medicamentos	Adaptação do novo cenário
	7,98% dos serviços ambulatoriais contratualizados vinculados à Central Estadual de Regulação Ambulatorial	0
	100% das solicitações de TFD Interestaduais atendidas de acordo com os critérios de concessão do Manual do TFD	100,0%
	950.000 registros no Sistema de Telemedicina e Telessaúde (STT) validados	834.608
	89,35% dos medicamentos sob gestão da Diretoria de Assistência Farmacêutica monitorados através de sistema informatizado	90,2%
	25% dos medicamentos e suplementos da padronização estadual com Protocolos Clínicos validados e publicizados	0,00%
	Alcançar 80% de Índice de Cobertura de Medicamentos(ICM) adquiridos pela SES para o Componente Especializado da Assistência Farmacêutica e Fibrose Cística	85,00%

Continuação

PERSPECTIVA	META 2020	Resultado Alcançado 2020
Processo	Realizar 1.500 transplantes	914
	50% dos municípios com baixo IIP, infestados pelo Aedes aegypti	50,50%
	Aumentar para 45% o percentual de municípios não infestados pelo Aedes aegypti, com monitoramento de armadilhas em 80% das semanas epidemiológicas	50,52%
	25% das amostras de cães e gatos enviadas com diagnóstico laboratorial realizado	33,10%
	Reduzir a letalidade pela leptospirose para 2,22%	2,09%
	Coletar 60% de amostras oportunas (em até 24h) de Primatas Não Humanos (PNH) dentre os casos notificados	37,00%
	Reduzir a incidência de sífilis congênita para 5,85 por mil nascidos vivos	7,0
	Redução dos casos de sífilis congênita em menores de um ano em relação aos casos de sífilis em gestantes para 25%	27,70%
	Reduzir a mortalidade das pessoas vivendo com HIV para 5,82/100 mil habitantes	5,30
	Ampliar para 10 os municípios prioritários com ações de PREP (Profilaxia Pré Exposição)	13
	Ampliar em 20% os municípios com ações de PEP (Profilaxia Pós Exposição) para todas as formas de exposição	23,00%
	Reduzir a incidência de Hepatites B para 18,02/100.000 habitantes	11,20
	Ampliar a detecção do número de casos confirmados de Hepatite C para 1.527casos	726
	95% de cobertura Vacinal do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de 2 anos de idade para a vacina Pentavalente (3ª dose)	87,63%
	95% de cobertura Vacinal do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de 2 anos de idade para a vacina Pneumocócica 10 valente (2ª dose)	93,55%
	95% de Cobertura Vacinal do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de 2 anos de idade para a vacinas Poliomielite (3ª dose)	88,10%
	95% de Cobertura Vacinal do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de 2 anos de idade para a vacina Tríplice Viral (1ª dose)	86,28%
	Alcançar 14 notificações de PFA em menores de 15 anos	7
	Manter a média de 50% da notificações de surtos de Doenças de Transmissão Hídrica e Alimentar (DTHA) encerradas por confirmação laboratorial	100,00%
	Reduzir de 18 para 17,77 o percentual de óbitos devido a Infecção Relacionada a Assistência à Saúde - IRAS por Microrganismo Multirresistente	13,37
	Aumentar a proporção de Cura bacilífera no estado de Santa Catarina para 70%	59,90%
	Reduzir a proporção de casos novos diagnosticados com grau 2 de incapacidade física no momento do diagnóstico para 11%	13,70%

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei Complementar nº141, de 13 de janeiro de 2012. Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências. Brasília, DF.

BRASIL. Portaria de Consolidação nº 1, de 28 de setembro de 2017. Consolidação das normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde. Brasília, DF.

BRASIL. Portaria nº 750, de 29 de abril de 2019. Altera a Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para instituir o Sistema DigiSUS Gestor/Módulo de Planejamento - DGMP, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. Brasília, DF.

BRASIL. Resolução 453, 10 de maio de 2012. Aprova as diretrizes para instituição, reformulação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos de Saúde. Brasília, DF.

SANTA CATARINA. Lei Estadual nº 17.875, de 26 de dezembro de 2019. Estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2020. Florianópolis, SC.

SANTA CATARINA. Manual de Orientações da COVID-19 (vírus SARS-CoV-2). Florianópolis: 14/09/2020, 66 páginas.